

Balanço entre mérito e nobreza no provimento de um importante cargo militar no reinado de D. João II

Prof.
Eduardo Romano de Arantes e Oliveira



1. Condestáveis dos Espingardeiros do Reino

Do “*Livro de Extras*” (folhas 18 e 18v) integrado na “*Leitura Nova*” de D. Manuel, consta cópia da carta de nomeação régia, datada de 2/I/1488, de um *João de Arantes*, escudeiro da Casa de D. João II, para “*Condestável de todos los nossos espingardeiros de nossos Reinos e senhorios*”.

O mesmo cargo fora antes atribuído a um *Guilherme de Leu*, ou *d’Aleu* ^[1], cavaleiro da Casa de D. Afonso V, nomeado condestável dos espingardeiros em 9/III/1460. A respectiva carta pode ler-se no mesmo *Livro*, mas ninguém mais parece tê-lo exercido antes ou depois de João de Arantes, já que os que a este sucederam em idênticas funções foram chamados anadéis-mores (não já condestáveis) dos Espingardeiros do Reino. As funções eram, porém, praticamente as mesmas.

A nomeação de *Guilherme de Leu* foi feita pouco depois da conquista de Alcácer-Ceguer (1458) e, ao nomeá-lo, o monarca tinha certamente em vista o ambicioso programa de conquista das praças marroquinas que a essa se seguiram: Arzila e Tânger (1471), Larache (1491) e Anfa ^[2] (hoje *Casablanca*, que o Infante D. Fernando chegou a ocupar, ainda que por pouco tempo).

Quanto a João de Arantes, só a 2/I/1488 D. João II o nomeou. A sua nomeação deve ser vista no contexto do conjunto das medidas que o Príncipe Perfeito tomou nessa época para reforçar os meios de defesa do Reino e a propósito das quais escreveu Rui de Pina ^[3]:

“No começo do anno de mil quatrocentos e oitenta e oytto, comquanto ElRey estava em pacífica paz e amizade com Castella, e sem alguma causa nem sospeiçom de rompimento; porem como Rey bõm, e muy prudente que nos tempos da paz ama as cousas da guerra, e nos da guerra precura sempre os meos da paz, mandou proveer e fortalecer, e reparar,

todallas Cidades, Villas, e Castellos dos extremos de seus Reynos, assy no reparo, e defenssam dos muros, e torres, como em munições, e bastecimentos d'artelharia, polvora, salitre, comas, almazees, pera ao que mandou fazer em todallas fortalezas, novos apousentamentos, e casas deputadas pera isso. E pera que estas cousas per negligencia, e pouco provimento dos Alcaides se no perdessem, ordenou logo novos Officiaes moores, pessoas discretas e d'autoridade”.

Pessoas discretas e de autoridade: estas palavras definem os perfis, não só de João de Arantes, mas do próprio D. João II que, como Rei, punha o critério do mérito acima do da nobreza.

Ao nomeá-lo, o monarca confiou-lhe importantes poderes. A “*Carta do ofício de condestabre dos espingardeiros...*” reza de facto o seguinte: “*Dom João II a quantos esta nossa carta virem fazemos saber que esguardando nós dos muitos serviços que El Rei meu Senhor e Padre que Deus haja e nós dito mesmo temos recebido e ao diante esperamos receber de João de Arantes escudeiro de nossa casa confiando dele que em qualquer cousa que o encarregarmos nos servirá bem e fielmente e querendo-lhe fazer graça e mercê temos por bem e o fazemos ora novamente nosso condestabre de todos los nossos espingardeiros de nossos Reinos e senhorios e lhe damos poder e autoridade que ele haja de examinar e colher aqueles espingardeiros que sentir que são pertencentes e autos para no dito cargo servirem até àquele conto e número que temos ordenado. E queremos e nos praz que de cada espingardeiro que ele tomar possa levar um espadim de ouro[“] de entrada e foro para ele e isto mesmo lhe damos poder e autoridade que ele possa pôr anadeis, escrivãos e oficiais dos ditos espingardeiros quaisquer pessoas que lhe aprouver e que para ele forem pertencentes e isto naqueles lugares em que houver espingardeiros e lhes der armas dos ditos officios por ele dito João de Arantes assinadas e passadas por nós em nossa ementa e tanto que assim forem postos por oficiais queremos que hajam toda as liberdades e privilégios e franquezas assim como os têm os nossos espingardeiros. E queremos e nos praz que ele dito João de Arantes haja sobre eles ditos espingardeiros e oficiais deles tal poder que conhecer de todos seus feitos civis e crimes e outra alguma pessoa não os ouça e determine como achar que é direito e justiça dando apelação e agravo nos casos que o direito e nossas ordenanças o mandam e por esta mandamos a todos os ditos oficiais e pessoas espingardeiros que lhe sejam bem obedientes e a seus mandados em todo a que nosso serviço cumpre e ao dito seu ofício pertence assim e tão compridamente como se lho nós por nossa pessoa mandássemos e não o fazendo eles assim ou alevantando entre si alguns aruídos ou discórdias por alguns outros casos que o mereçam lhe damos poder que os possa prender e mandar prender e apenas naquelas penas que lhe razão parecer. E porém mandamos a todo os nossos regedores, juizes, justiças, alcaides, meirinhos e outros quaisquer oficiais e pessoas a que isto pertencer que se o dito João de Arantes comdestabre da nossa parte requerer ou mandar requerer que prendam alguns espingardeiros ou officiaes dos sobreditos que vós os prendais e façais tudo o que vos ele mandar e requerer por nosso serviço e deis a execução toda as penas que lhe ele prouver cumprindo assim uns e outros e fazendo assim cumprir e guardar sem outra dúvida nem embargo que a ele ponham e sendo vós, ditas nossas justiças e oficiais, a isto negligentes, por esta damos poder ao dito João de Arantes comdestabre que nos possa apellar e pôr aquelas penas que lhe razão parecer*

para nossa câmara e para vós cativos de quais penas nós queremos e nos praz que venham e sejam executadas como se por nós fossem postas. E o dito João de Arantes nosso comdestabre jurou aos santos evangelhos na nossa chamcelaria que bem e diretamente e como deve? do dito officio guardando a nós nosso serviço e ao pouco seu direito. Dada em Santarém a dois dias do mês de Janeiro. Fernão Rolim a fez ano de mil quatrocentos e oitenta e oito anos”.

Foi o progresso das armas de fogo registado no século XV que levou à formação de corpos de “espingardeiros”^[5]. Os espingardeiros formavam tropas infantaria de elite, cujo número D. Manuel fixou em milhar e meio. No “*Regimento dos ordenados e mantimentos da gente de peleja e soldo na cidade de Tânger*”, datado de 14/V/1472^[6], lê-se que o soldo dos “espingardeiros”^[7] ascendia a 300 reais por mês, sendo três, cinco e seis vezes mais elevado que o dos restantes homens de armas, besteiros e homens de pé, o que significa que eram, de longe, considerados os mais importantes. A nomeação do respectivo condestável terá sido pois cuidadosamente ponderada.

Espingardas foi o nome que em Portugal se deu às armas que noutros países europeus foram chamadas “arcabuzes”, designação que veio do alemão “*hakenbüchsen*” (veja-se adiante o desenho de um dos primeiros modelos, datado de 1425, conservado no Arsenal de *Schafhausen*, na Suíça).



As espingardas portuguesas adquiriram fama muito além das nossas fronteiras, quando os primeiros portugueses (um dos quais pode ter sido Fernão Mendes Pinto) desembarcaram na Ilha de *Tanegashima*. Foi com espingardas devidamente adaptadas às circunstâncias japonesas (as chamadas “*espingardas de Tanegashima*”^[8]) que *Oda Nobunaga* venceu, nomeadamente, a Batalha de *Nagashino*; armada com estas, a sua infantaria destruiu a cavalaria do clã rival, e abriu caminho para a conquista de *Kyoto* e a consequente saída do Japão da situação caótica em que se encontrava por altura da chegada dos portugueses. Por isso, os japoneses associam a chegada dos portugueses às espingardas, reconhecendo o papel destas na consolidação do seu país^[9].

Mas quem foi João de Arantes?

Antes de abordar esta questão, observemos que, independentemente da sua naturalidade e família, João de Arantes foi, em Lisboa, uma personalidade marcante. Prova-o, nomeadamente, uma carta de confirmação de uma escritura de aforamento^[10], datada de 27/IV/1503 (constante também da *Leitura Nova - Estremadura*), ao Doutor João do Rego, lente de prima de Medicina na Universidade, de uma casa na Rua de S. Jorge em Lisboa^[11], já que dela constam confrontações com “*as casas de dona Isabel de Sousa que foram de Joham darantes*”. Dona Isabel de Sousa era certamente a mulher de Vasco de Carvalho^[12], cunhado do Paio de Freitas que, como adiante se verá, foi o sucessor de João

de Arantes nas funções, embora não na designação do ofício que, como se disse, passou a ser o de “Anadel-mor dos Espingardeiros do Reino”^[13].

A 13/XI/1521, num documento da mesma natureza^[14] que consta igualmente da *Leitura Nova*, em que o foreiro passara a ser Damião Dias, escrivão da câmara de el-Rei, as mesmas casas são mencionadas, não como tendo sido, não “de Dona Isabel de Sousa” mas, novamente, “de João de Arantes”. Citando uma carta que o Prof. Eduardo Gonçalves Rodrigues nos escreveu, “a constante referência a João de Arantes ao longo de cerca de 20 anos após a sua saída da casa permite concluir que foram marcantes na vizinhança, ou a sua personalidade, ou eventuais obras por ele promovidas”.

Por outras palavras, a figura central não era, para quem redigiu a escritura, nem Dona Isabel nem seu marido Vasco de Carvalho, apesar da inegável nobreza de ambos, mas o sobredito João de Arantes.

2. Os Anadéis-Mores dos Besteiros e dos Espingardeiros do Reino

2.1. Anadéis-mores dos Besteiros do Reino

Foi no reinado de D. Fernando que se criaram^[15], por ordem decrescente de importância, os cargos de “Condestável do Reino” (que substituiu, nas questões de comando militar, o de “Alferes-mor”, que desde D. Afonso Henriques era o imediato do Rei no alto comando do Exército), “Marechal do Reino” e “Anadel-mor dos Besteiros do Reino”.

O “Anadel-mor dos Besteiros do Reino” era o comandante das tropas de Infantaria e a ele estavam subordinados anadéis, cada um dos quais comandando a sua companhia. Existiam anadéis de besteiros do conto, de besteiros a cavalo, de besteiros da câmara, de besteiros do mar e, só mais tarde, de espingardeiros. Na lista seguinte, apresentam-se os nomes dos anadéis-mores dos besteiros.

O 1º Anadel-mor dos Besteiros, Rui Furtado de Mendonça, filho de *Fernando Hurtado de Mendoza*, procedia da alta nobreza castelhana e veio para Portugal no séquito da Rainha D. Constança, mulher de D. Pedro I. Depois dele, o cargo foi passando de pai para filho. A Rui Furtado sucedeu pois seu filho, Fernão Furtado de Mendonça e, a este, Afonso Furtado de Mendonça que casou com Dona Constança Nogueira^[16]. Tiveram, filho segundo, Duarte Furtado de Mendonça que casou com Dona Genebra de Melo. João Gonçalves Teixeira^[17], o último Anadel-mor dos Besteiros que D. Fernando ainda nomeou (e que foi ainda Alcaide-mor de Óbidos e fronteiro-mor de Trás-os-Montes), já não pertencia à linhagem dos Furtado de Mendonça, nem a qualquer das quatro grandes linhagens (Freitas, Coelhoos, Carvalhos e Sousas) a que pertenceram os fidalgos aos quais mais tarde coube exercer o cargo de “Anadel-mor dos Espingardeiros do Reino”^[18].

2.2. Condestáveis e Anadéis-mores dos Espingardeiros do Reino

Considere-se agora a lista dos “Anadéis-mores dos espingardeiros do Reino”, cujos laços de família foram esquematizados no APÊNDICE I da presente comunicação. Foram os seguintes:

- Paio de Freitas^[19], nomeado por carta^[20] de 2/VII/1500 da Chancelaria de D. Manuel. Em 28/II/1490, fora-lhe concedida por D. João II uma tença por bons serviços *prestados e a prestar*. Era, já nessa altura, cavaleiro da Casa Real. Casou com Dona Isabel de Carvalho, filha de Álvaro de Carvalho (Senhor do Morgado de Carvalho, que se crê ser o mais antigo de Portugal, bem como de Canas de Senhorim) e de sua mulher e parente Dona Isabel Soares de Albergaria, filha bastarda de Fernão Soares de Albergaria^[21]. Destes foram também filhos Vasco de Carvalho, Dona Inês Soares (mulher de Paulo de Freitas) e ainda Dona Isabel Soares (que casou com Francisco da Gama, primo coirmão do grande Vasco da Gama).
- Vasco de Carvalho^[22], nascido cerca de 1430, filho segundo de Álvaro de Carvalho^[23] e de Dona Isabel Soares de Albergaria. Casou com Dona Isabel de Sousa^[24], filha de Nicolau de Sousa (filho bastardo do 19º Senhor da Casa de Sousa) e de sua mulher, Dona Margarida Pacheco.
- Paulo de Freitas^[25], casado com Dona Inês Soares, irmã de Dona Isabel de Carvalho (a mulher de Paio de Freitas), cuja relação familiar precisa com Paio de Freitas se desconhece (foram, pelo menos, concunhados), mas que pertencia também, com toda a probabilidade, à linhagem dos Freitas.
- Martinho de Freitas, ttº de Freitas, §37, N7, filho de Paio de Freitas, nomeado por carta de 9/V/1503, casado com Dona Maria Soares de Valadares, filha de João Soares Pinto e de Dona Briolanja Soares de Valadares.
- Francisco Coelho, ttº de Coelhos, §11, N20, genro de Paio de Freitas, Anadel-mor dos Espingardeiros do Reino quando da tomada de Azamor, em 1513, filho bastardo (visto que, gerando-o, seu pai quebrara os seus votos), legitimado em 1471/81, de D. Frei João Coelho^[26] do Conselho de El Rei, cavaleiro de Malta, Prior do Crato, Balio de *Negroponte*^[27] e Comendador de Leça^[28].
- Martim de Freitas, neto de Paio de Freitas, que, por ser de menor idade, vendeu o ofício a Henrique de Sousa, por escritura feita em Tomar, a 4/IX/1523.
- Henrique de Sousa (Gaio, ttº de Souza, §171, N21), filho segundo do 20º Senhor da Casa de Sousa e 1º Senhor de Oliveira do Bairro, nomeado Capitão e Anadel-mor dos Espingardeiros por carta de 12/II/1524. Foi membro dos Conselhos de D. Manuel e de D. João III. Sua mulher, Dona Francisca de Mendonça, descendia dos Furtados de Mendonça que haviam sido Anadéis-mores dos Besteiros do Reino.
- Diogo Lopes de Sousa, “o Diabo” (Gaio, ttº de Souza, §171, N22), filho de

Henrique de Souza e 2º Senhor de Oliveira do Bairro, embaixador a Inglaterra nos anos de 1555 e 1556, membro da Junta Governativa, nomeada para Lisboa com todos os poderes régios, quando da “peste grande” em 1569, Conselheiro do Estado, e um dos cinco governadores do Reino nomeado em 1580 pelo Cardeal D. Henrique. Deixou o ofício de Anadel-mor dos Espingardeiros (para o qual não se sabe quando foi nomeado) em 26/VII/1549, recebendo em troca 80 mil reis de tença em sua vida.

Da lista apresentada, retira-se a conclusão de que os Anadéis-mores dos Espingardeiros pertenceram às linhagens (eram em geral, filhos segundos) dos Coelhos, Freitas, Carvalhos e Sousas e tinham entre si relações de família. De facto, do matrimónio de Fernão Coelho (2º Senhor de Felgueiras e Vieira) com Catarina de Freitas, filha do Anadel-mor dos Besteiros Martim Fernandes de Freitas (através de cujo casamento com Dona Mécia Vaz de Sampaio, filha de Vasco Pires de Sampaio, Senhor de Vila Flor, os *Sampaios* se aliaram aos *Freitas*), nasceu Pedro Coelho. Este, casando com Luísa de Goes, gerou D. Frei João Coelho, pai de Francisco Coelho, genro de Paio de Freitas e, como ele, Anadel-mor dos Espingardeiros do Reino. Por outro lado, Paio de Freitas casou com Dona Isabel de Carvalho, filha de Álvaro de Carvalho, Senhor do Morgado de Carvalho e de Canas de Senhorim, e de sua mulher Dona Isabel Soares de Albergaria. Estes tiveram, além de Dona Isabel de Carvalho, Dona Inês Soares (mulher de Paulo de Freitas), e Vasco de Carvalho que casou com Dona Isabel de Sousa, de um ramo bastardo da Casa de Sousa. Dos Freitas, o ofício passou, por compra, para os Senhores de Oliveira do Bairro, membros legítimos desta mesma Casa, a mais antiga de Portugal.

Com D. Manuel I, o sistema de provimento dos cargos militares regressou, pois, praticamente, ao que fora no tempo em que os anadéis-mores eram todos da mesma linhagem (Furtados de Mendonça). D. João II teve a ousadia, coerente com a sua política de dominar a grande nobreza, de nomear um condestável dos espingardeiros proveniente de um estrato social relativamente mais baixo (escudeiro da sua Casa). Diferenciou-o pelo título, que foi o de “condestável dos espingardeiros”, mas não pelas funções, que eram praticamente as mesmas para os condestáveis e os anadéis-mores (dos espingardeiros).

Nada se sabe sobre o já mencionado Guilherme de Leu. Mas, quanto a João de Arantes, o seu valor pessoal permitiu que o prestígio da sua família, embora nunca deixasse de ser sobretudo de índole local, subisse a um nível relativamente elevado. Facilitaram a ascensão, não só as relações de amizade com Francisco Machado, que pode ter sido quem chamou a atenção de D. João II para os seus méritos, mas a aquisição da Quinta de Romai e o seu matrimónio com Dona Genebra de Sampaio, de uma linhagem estreitamente aliada à dos Freitas, alguns dos quais sucederam a João de Arantes no exercício das suas funções. Apresenta-se no APÊNDICE I uma hipótese para a identificação de D. Genebra, que nos foi sugerida pelo próprio Prof. Doutor Luís de Mello Vaz de Sampaio pouco antes do seu falecimento.

O matrimónio de João de Arantes não foi porém o único sinal de que foi bem recebido no seio da nobreza histórica do Minho. As várias alianças contraídas pelos seus descendentes, referidas no Capítulo 9, são outras tantas provas de promoção social.

3. A Terra de Entre Homem e Cávado

Cindida, hoje, em dois concelhos, Amares e Terras de Bouro, a “Terra de Entre Homem e Cávado”^[29] entrou na posse de um ramo da Família Machado quando, por mercê datada de 29 de Abril de 1450, D. Afonso V quis galardoar os serviços que Pedro Machado (filho do Vasco Machado que D. Nuno Álvares Pereira fez “Senhor de Nantes, perto de Chaves, de que foi Alcaide-mor”^[30]) lhe prestara como seu partidário durante a crise de Alfarrobeira. Assim, o monarca doou-lhe essa “Terra” entre outros bens, “*com todas as rendas, foros, montados e marinhas, direitos e pertenças e coisas que a coroa ali tinha, com a jurisdição cível e de crime enquanto sua mercê fosse*”^[31], sob condição de Pedro Machado pagar a Dona Maria de Azevedo, mulher que fora de Álvaro de Meira, Senhor de Jales, anterior donatário, as 500 coroas de oiro que D. João I prometera a esse casal quando do seu casamento, e “*a cujo pagamento ficara empenhada aquela Terra*”^[32]. Recebeu ainda Pedro Machado (falecido em 1463 ao escalar as muralhas de Tânger), por via do seu casamento com Dona Inês de Goes, Senhora da Lousã, o senhorio desta última Vila.

Francisco Machado, filho e sucessor de Pedro Machado, foi, até ao ano de 1518 em que faleceu, o 2º Senhor de Entre Homem e Cávado na linhagem dos Machados. Era sogro do poeta Francisco de Sá de Miranda (que os Nantes bem conheceram e que está sepultado na Igreja de São Martinho de Carrazedo). Herdou os senhorios de seu pai^[33] e foi comendador de Sousel, na Ordem de Avis^[34]. Segundo Gaio, “*servio em todas as ocaziõins do seu tempo e foi o prº. na batalha de Crasto (Abril de 1476) onde se achou com 40 homens de cavalo à sua custa*”^[35] e na qual, segundo afirma Sousa Machado^[36], ficou prisioneiro. Ao 1º Francisco Machado sucedeu seu filho Manuel Machado, valido dos infantes irmãos de D. João III, que casou com Dona Joana da Silva, e, a esse, o 2º Francisco Machado (ou Francisco Machado da Silva) que dotou sua filha Dona Joana com a “*Quinta de Nantes ou Danantes*”.

O Padre Marcelino Pereira, religioso da Ordem do Oratório e genealogista do século XVIII, foi autor do único nobiliário que conhecemos que inclui um título, “*Nantes ou Anantes ou Danantes (que hoje é Arantes)*”, dedicado a essa família. Observa-se que uma irmã de Marcelino Pereira casou com Diogo de Araújo Rodrigues Machado, Senhor da Casa de Câmara em Moure, que, como todos os dessa Casa, tinha sangue, não só dos Machados, como dos Nantes. No título em questão, Marcelino Pereira começa por referir Nantes, pequeno lugar do termo de Chaves, escrevendo: “*Nantes he um lugar situado na freguesia de São Salvador no termo da Vila de Chaves. A dita freguesia he vicararia de apresentação da casa de Bragança. Nella se contém a Vilar de Nantes com 80 vizinhos e outro lugar também Nantes com 86*”. Informando que um certo João de Nantes – tetravô do cunhado –, e sua mulher Genebra de Sampaio, “*entraram como partes numa escritura, feita em 1509, relativa ao aprazamento ao Cabido de Braga do Casal de Remonte, sito na freguesia de Arentim do termo de Braga*”, lembra, citando a escritura de dote de Dona Joana Machado da Silva, herdeira que fora dos Senhores de Entre Homem e Cávado, que

a Quinta de Nantes se tornara senhorio dos Machados, e afirma: “*parece que a Quinta Danantes he o solar desta família*”, isto é, da Família dos Nantes.

Admitiu, pois, Marcelino Pereira que a Quinta de Nantes era o Solar dos Nantes e, portanto, que tinha pertencido a estes antes de passar aos Machados. Implicava tal afirmação que, em épocas anteriores a essa, já existiam no lugar pessoas com o apelido Nantes. E, efectivamente, as “Inquirições de D. Afonso III”^[37] mencionam, a propósito da paróquia de S. Salvador de Vilar de Nantes, as testemunhas *Martinus Fernandi de Nantes, Petrus Fernandi de Nantes, Martinus Johannis de Nantes, e Rodericus Johannis de Nantes*, o que aponta para uma família de que todos seriam membros, sendo os primeiros, *Martinus* e *Petrus*, filhos de um *Fernandus*, e os últimos, *Martinus* e *Rodericus*, filhos de um *Johannes*, irmão de *Fernandus*. Segundo nos foi comunicado pessoalmente pelo Prof. Doutor José de Sotomaior Pizarro, as Inquirições de 1288-1290 relativas ao Julgado de Chaves revelam que “*o logar de Nantes he todo herdamento de filhos d’algo... e tragen’o por onrra*”. No século XVI, moravam ainda em Nantes algumas das pessoas mais importantes de Chaves, o que explica que Nantes tivesse meios para sustentar 2 dos 4 sacerdotes que os Duques de Bragança tinham o privilégio de apresentar.

Seria Nantes um toponímico derivado de um patronímico, como sugeriu Leite de Vasconcelos^[38], ou referir-se-ia ao solar onde os Nantes, fosse qual fosse a sua origem, se fixaram? Não temos resposta para estas questões, mas o texto de Marcelino Pereira permite pensar que a Quinta de Nantes era olhada como o solar dos Nantes de Entre Homem e Cávado.

4. A Quinta de Romai

Marcelino Pereira refere o “*Livro do pão que se pagava ao Cabido de Braga*”^[39] para provar que os Nantes foram senhores da Quinta de Romai, mais tarde chamada “de Romão”, sita na freguesia de S. Martinho de Carrazedo do Concelho de Entre Homem e Cávado. E numa das anotações que acompanham o texto invoca as “*Notas do Marquês de Montebello ao Nobiliário do Conde D. Pedro*” para referir que, segundo a tradição^[40], esta quinta (a de Romai) fora fundada pelo Conde D. Romão, filho e neto de reis das Astúrias que, vivendo no século VIII, foi o geriarca da grande linhagem galega dos *Romai*.

Temos conhecimento de um outro documento^[41] existente no Arquivo da Casa de Vasconcelos de Vila do Conde: uma carta de venda datada de 9/III/1508, relativa à aquisição, por um certo João de Nantes, de uma herdade no lugar de Romai, sendo testemunhas presentes Diogo de Nantes, escudeiro do Senhor Francisco Machado^[42], e outros. Nas costas da última folha deste documento há várias anotações posteriores no tempo, as mais importantes das quais são as seguintes: “*Este João de Nantes comprou a quinta de Romai a P^o Nugr^a. De Barcellos e sua mulher Isabel Carv^o no a^o de 1495 e a pessuhia q.do se fez o tombo de Carrezedo no a. de 1503*”, e ainda: “*No anno de 1508, João de Nantes e sua m.er Genebra de Sampayo^[43] viviaõ na Q. de Romai elle Irmão de*

Diogo de Nantes escudr. do Sr. Fran.co Machado”.

O Diogo de Nantes que testemunhou a escritura era pois irmão de João de Nantes. Genebra de Sampaio tornou-se cunhada de Diogo depois do seu casamento com João, que cremos ter sido em segundas núpcias deste. Dos Livros das Chancelarias de D. Manuel e D. João III, consta uma carta de nomeação deste Diogo como tabelião de Entre Homem e Cávado. E desta se depreende que foi escudeiro da Casa Real. Chamar-lhe-emos Diogo de Nantes I.

Na geração seguinte, aparece na administração local da Terra de Entre Homem e Cávado um sobrinho (filho de João de Nantes) homónimo deste Diogo, ao qual chamaremos Diogo de Nantes Quinteiro^[44], ou Diogo de Nantes II.

5. Nantes, Machados e Sás

Existia, sem dúvida, uma estreita relação, pelo menos de amizade, entre os Nantes e os Machados, que, por mercê de D. Nuno Álvares Pereira, foram Alcaides-mores de Chaves e Senhores de Nantes.

Como atrás escrevemos, o 1º Francisco Machado, filho de Pedro Machado, foi, não só herdeiro dos senhorios de seu pai como recebeu a comenda de Sousel, na Ordem de Avis, isto por troca das suas terras de Vilarinho e Portel com o Senhor D. Jorge, Duque de Coimbra, filho bastardo de D. João II. Por isso se encontra sepultado na Igreja Matriz de Sousel, debaixo de uma magnífica pedra sepulcral. Nessa pedra, que ostenta as armas dos Machados, pode ler-se a inscrição: *“Aqui iaz Francisco Machado fidalgo da Casa Delrei nosso sr. e sr. q foi da Vila da Louza (Lousã) e do Concelho Dantre Ome e Cavado moreo nesta sua comenda de Sousel aos XXBII d Agosto na era de 1518”.*

João de Nantes e sua 2ª mulher, Genebra, que noutros documentos aparece como Genebra de Sampaio, entraram como partes numa escritura, feita em 26/II/1509, de aprazamento ao Cabido de Braga do Campo ou Casal de Remonte, sito na freguesia de Arentim^[45] do termo de Braga. Pode ler-se nos *“Prazos de Casais do Cabido”*: *“o qual Campo parte por esta maneira: começa em o Alpendre que he herdade de Francisco Machado e que vai partindo em tudo do mesmo Francisco Machado athe o Cham da Volta e comoro e curral de gado do mesmo Francisco Machado”.* Por outras palavras, João de Nantes e Francisco Machado não podiam ser mais vizinhos.

O já mencionado filho de João de Nantes, Diogo de Nantes II, escudeiro da Casa Real, que, segundo revelam os livros das chancelarias reais, teve as funções de tabelião do concelho de Entre Homem e Cávado, escreveu e assinou como tabelião, na Casa de Crasto, a 3/V/1530, a escritura da venda de uma propriedade cujos compradores foram Francisco de Sá de Miranda e sua mulher, Dona Briolanja de Azevedo, genro e filha de Francisco Machado. Mais tarde, a 5/V/1552, foi Gaspar de Nantes (também referido como tabelião nos livros das chancelarias reais), filho de Diogo, quem, também na Casa de

Crasto, desempenhou as funções de tabelião por ocasião de outra escritura, esta de doação, de Frei Bernardino Machado, cavaleiro de Malta e filho de Francisco Machado I, a seu sobrinho, Francisco Machado II, neto do primeiro^[46].

Um estreito relacionamento entre Nantes e Sás é sugerido pela leitura da obra “*O Poeta do Neiva*”, de José de Sousa Machado, que refere, não só estas escrituras, mas também, a páginas 178, um pedido de intervenção e de auxílio que, no seu testamento, redigido em 1593, faz Francisco de Sá de Meneses, neto do poeta, ao Reverendo Gaspar Quinteiro, filho de Diogo de Nantes II e Abade de S. Martinho de Carrazedo, e ao Doutor Isidoro de Sá, Abade da Freguesia de Fiscal (S. Miguel) onde Sá de Miranda tinha casa.

Mas não param aqui as relações entre Machados e Nantes. De facto, em 1595, o dito Gaspar Quinteiro foi uma das três testemunhas na celebração da já mencionada escritura de dote de Dona Joana Machado da Silva, filha de Francisco Machado II. Marcelino Pereira assinalou que, nessa escritura, as três testemunhas, incluindo pois Gaspar Quinteiro (as duas restantes foram Martim Coelho da Silva^[47] e Francisco de Goes Peixoto^[48], ambos parentes próximos dos Machados), têm o tratamento de *Senhores*.

Observámos já que uma bisneta de João de Nantes (neta de João de Nantes Quinteiro), D. Maria Fernandes de Macedo, casou com Gonçalo Pires Machado, 1º Senhor da Casa de Câmara em Moure, que, segundo se crê^[49], era filho bastardo do Francisco Machado II. Também os Arantes da Lousã^[50], dos quais descende a família Arantes Pedroso, e que, de acordo com os livros paroquiais desta freguesia (em que aparecem como Arantes, e não como Nantes ou Anantes), já no século XVI nela se haviam fixado, parecem constituir um elo de ligação entre Nantes e Machados. Estes, como atrás dissemos, eram Senhores da Lousã. Os Machados eram pois o elemento comum à Quinta de Nantes, aos Nantes de Entre Homem e Cávado, e aos Arantes da Lousã.

6. Os Quinteiros

Nos séculos XVI e XVII, o apelido Nantes aparece frequentemente associado com o apelido Quinteiro.

Felgueiras Gaio^[51] dá notícia de um Sebastião Quinteiro Baldaia^[52], fidalgo das Casas de D. Afonso V, D. João II e D. Manuel, filho de Diogo Álvares Baldaia, fidalgo da Casa de D. Afonso V que viveu na Rua Nova, do Porto, e de D. Brites Pires Quinteiro^[53], filha de Rodrigo Anes Quinteiro (e de D. Brites de Amorim) que deve ter nascido com a 2ª Dinastia e é o Quinteiro mais antigo de que há notícia. Também o “Mapa das Ruas de Braga”, que se encontra no ADB, refere e localiza um Simão Quinteiro, escudeiro do Arcebispo de Braga (matriculado em 1501^[54], em Braga, como filho de um Diogo Álvares Quinteiro e sua mulher, Beatriz Roiz, moradores em Ponte de Lima^[55]), morador em Braga com sua mulher Beatriz Pires, na casa nº 18 da R. de Santo António^[56], aforada ao Cabido a 12/XI/1515.

Mas o apelido é certamente mais antigo. Nas Inquirições Gerais de D. Dinis, de 1288^[57], no capítulo relativo ao Julgado de Entre Homem e Cávado, menciona-se o *Casal de Domingos Quinteiro* na paróquia de S. Salvador de Fornelos (Barcelos), do Julgado de Faria. Por outro lado, uma das testemunhas que depõem na freguesia de S. Miguel de Fiscal, do Julgado de Entre Homem e Cávado, chama-se Lourenço Gomes do Quinteiro, o que, a ser apelido, leva a concluir que, já na altura, aí viviam pessoas que o usavam. Parece que, ao contrário dos Nantes (de cujo brasão, se existiu, não há notícia), os Quinteiros tiveram carta de brasão^[58].

Procurámos o significado do termo “quinteiro”. Denominava-se naturalmente “quinteiro” quem estivesse encarregado de uma quinta, mas encontra-se uma definição muito mais interessante na conhecida obra de Henrique da Gama Barros *“História da Administração da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV”*. É a seguinte: *“Funcionário régio incumbido de fiscalizar a exploração das minas de ouro, uma vez que esta actividade se encontrava a cargo de particulares. E a sua designação resultou, por certo, de ser ele quem tirava do produto da exploração o quinto que pertencia à coroa. O cargo existiu, pelo menos, desde o reinado de D. Afonso III (1248-79), tendo este monarca determinado que os “adiceiros”, ou “ourivezes da Adiça” (então os de maior relevo e que, por isso, gozavam de importantes privilégios) apenas respondessem perante o seu quinteiro. Por seu turno, D. Dinis (1279-1325), por diploma de 29/III/1316, estabeleceu que os quinteiros dos ourivezeiros da Junqueira e de Pessegueiro fossem também o seu juiz privativo, do mesmo passo que lhes competia fiscalizar - na companhia do escrivão - as diferentes operações a que o ouro era sujeito e acompanhar a Lisboa a remessa do metal”*.

Também na *“Monarchia Lusitana”*^[59] se encontra, na Parte Quinta (composta por Frei Francisco Brandão), Livro XVI, Cap. XXXI (*“Da vinda del Rey D. Dinis a Coimbra, com outras memórias deste anno”*), abundante informação sobre as minas de ferro e ouro. E é interessante a indicação, constante dessa mesma obra, de que *“do ouro da Adiça se fez o cetro & coroa que os Reys de Portugal costumavam trazer nos actos públicos”*.

Estas observações indiciam que a actividade mineira que se verificava ainda durante a 1ª dinastia, se foi reduzindo à medida que as minas exploradas passaram a ser, não as do rectângulo europeu, mas as muito mais ricas do Ultramar.

7. De Nantes a Arantes

O apelido Nantes evoluiu e transformou-se progressivamente em Arantes nos assentos paroquiais.

Por exemplo, a 12/VIII/1646, foi registado, na freguesia de S. Paio de Sequeiros, o casamento de António Gonçalves Ferreira com Maria d'Arantes, do lugar do Tojal dessa freguesia. Sabendo-se que, em 1756, o lugar do Tojal da freguesia de S. Paio de Sequeiros não tinha mais que 5 vizinhos^[60], e não havendo razão para que fosse muito

maior a dimensão do mesmo lugar na primeira metade do século XVII, seria impossível que a Maria *d'Arantes*, do Tojal, que casou em 1646, não fosse a filha - chamada Maria - de Manuel Lopes e de Maria *d'Anantes*, do mesmo lugar, baptizada na freguesia a 6/II/1625.

O nome não mudou simultaneamente em todas as freguesias. Por exemplo, na freguesia de S. Paio de Besteiros, o pároco ainda registou o baptismo, ocorrido em 14/II/1720, de uma Úrsula, "filha de João *danantes* e Maria Antunes", tendo por madrinha outra Úrsula, sobrinha de um "José *danantes*". Cerca de dez anos mais tarde, a 5/VI/1730, um novo pároco registou o baptismo de um irmão de Úrsula, Francisco, dando-o como "filho de João *d'Arantes* e Maria Antunes" (certamente o mesmo casal), sendo padrinhos um Francisco *d'Arantes* da freguesia de Caires e Teresa Francisca, mulher de "José *d'Arantes*", muito provavelmente o mesmo mencionado no assento anterior. Quanto aos assentos quinhentistas da mesma freguesia relativos aos assentos de pessoas com o apelido *Danantes*, ou seja "*de Nantes*", é interessante observar que têm à margem, escrito com letra do século XVIII, o nome das mesmas pessoas com o apelido "*de Arantes*".

Tivemos o cuidado de consultar filólogos que foram unânimes em negar que Nantes tenha podido transformar-se em Arantes por razões de ordem filológica. Mas essas não têm necessariamente que ser invocadas. *Arantes* pode ter resultado de um *lapsus calami*, não necessariamente de um *lapsus linguae*. O apelido *Arantes* aparece, de fato, em documentos da administração central do Reino bem mais antigos que os assentos paroquiais a que fizemos referência.

Da Chancelaria de D. Afonso V, Livro 33, fl.18v (M.F., rolo 1290) consta um outro exemplo: uma "*carta de aposentado*", datada de 23.01.1473, de um Estêvão *de Arantes*, vassalo d'el Rei e "*criado que fora da Rainha sua madre*" (D. Leonor de Aragão), morador no Sardeal, termo de Abrantes. Aí o erro terá consistido em trocar *Abrantes* por *Arantes*.

8. Hipóteses sobre João de Arantes

Seria português ou estrangeiro?

É natural que os serviços de João de Arantes a D. Afonso V, mencionados na carta que o nomeia condestável dos espingardeiros "do Reino e todos os seus domínios", tenham sido prestados, quer na conquista das praças marroquinas quer durante a guerra que opôs o nosso Rei aos Reis Católicos de Espanha, Fernando e Isabel, e culminou na Batalha de Toro (1/III/1476) ou, mais precisamente, nas duas Batalhas simultâneas: a de Toro propriamente dita, perdida por D. Afonso V, e a de Castro Queimado, ganha simultaneamente, e em lugar vizinho, pelo Príncipe Herdeiro D. João, mais tarde D. João II.

A esta última batalha se refere Felgueiras Gaio^[61] quando a propósito de Francisco

Machado, Senhor de Entre Homem e Cávado, quando afirma que “foi o primeiro na Batalha do Crasto onde se achou com 40 homens à sua custa”. José de Sousa Machado acrescenta que nela foi feito prisioneiro^[62]. É natural que alguns dos homens que acompanharam Francisco Machado à Batalha de Castro Queimado fossem naturais de Nantes. João de Arantes pode ter sido um deles e partilhado o cativo com Francisco Machado, assim se estabelecendo laços que se mantiveram pela vida fora.

Mas também muitos espanhóis - em boa parte originários da Galiza, como o grande feudal D. Pedro Alvarez de Sotomaior^[63], o legendário *Pedro Madruga* das crónicas galegas - tomaram partido por D. Afonso V. João de Arantes podia ser um dos galegos, que, depois de Toro, preferiram ficar em Portugal, tomando como apelido o nome do lugar de origem.

Ora, tanto na toponímia do Minho como na da Galiza há vários lugares susceptíveis de terem originado o apelido Arantes. No Minho, por exemplo, existem *Arentim*, perto de Barcelos, e o *Vale de Arante*, junto a Guimarães. O saudoso filólogo José Pedro Machado, no seu “*Dicionário Onomástico da Língua Portuguesa*”, associa com este último o apelido^[64]. Porém, como não se tem conhecimento de nenhum Nantes (ou Arantes) no Minho anterior a João de Arantes, resta a hipótese portuguesa mais provável que é Nantes perto de Chaves.

No que se refere à Galiza, tem-se *Arante* no Município de *Ribadeo* (Lugo), *Arantón* no Município de Santa Comba (Corunha), e, sobretudo, *Arantei*, uma freguesia do município de Salvaterra do Minho, na margem direita do Minho, quase em frente a Monção. Aí se localiza o *Couto de Arantei* que Gaio^[65] denomina *Couto de Arantes*. De fato, a terminação em “s” do genitivo germânico substitui em português a terminação em “i” (ou y, em castelhano) do genitivo latino. O Couto de Arantes seria a hipótese mais provável para uma origem galega, até porque *Pedro Madruga* era Senhor de Salvaterra do Minho a que o *Couto de Arantes* estava agregado. O Director do “*Arquivo Histórico Diocesano de Tui*” enviou-nos cópia de um documento^[66], datado de 1447 (*Papeles del Hospital*), que menciona concretamente um Lourenço Rodrigues *Darantei*.

Acontece que o “*Dicionário da História de Portugal*”, publicado sob a coordenação de Joel Serrão, informa, no seu artigo sobre a “*Leitura Nova*”, que “*Extras*” significa “estrangeiros”, o que, induzindo em erro, começou por nos fazer aderir à hipótese de João de Arantes ser de origem estrangeira, provavelmente galega. Mas quem escreveu que “*Extras*” significa “estrangeiros” não deve ter consultado o índice do “*Livro de Extras*”. Para não perder tempo a transcrever esse índice, limitar-nos-emos a observar que a carta de nomeação de João de Arantes está incluída num capítulo intitulado “*Título das cartas dos ofícios mores do Reyno e da justiça e casa delRey, do almirante e doutros...*”. Ora, são portugueses a quase totalidade dos nomeados.

Por outro lado, tudo aponta para que João de Arantes tenha sido companheiro de armas de Francisco Machado e é improvável que este tivesse ido buscá-lo a *Arantey*, senhorio de Pedro Alvarez de Sotomaior^[67], e não a Nantes de Chaves, seu próprio senhorio. Podemos pois tomar como certo que João de Arantes era português.

Não seja motivo de preocupação a conversão de *Anantes* em *Arantes*. Nas Chancelarias dos próprios Reis poderiam aparecer erros destes. Mas as mais altas probabilidades de erros deste tipo estão associadas com a “*Leitura Nova*”. Como tem sido assinalado pelos historiadores, um defeito desta compilação é o fato dos documentos nela compilados não serem versões originais. É pois provável que *Arantes* tenha resultado de uma corruptela de *Anantes*^[68]. Como os textos da “*Leitura Nova*” foram copiados a partir de 1504, corruptelas desse tipo, mesmo associadas a documentos oficiais especialmente importantes, que justamente por o serem gozaram de alta, e por vezes imerecida, credibilidade, podem ter tido efeitos sobre outros tipos de fontes, como os registos paroquiais.

9. Descendentes de João de Arantes

João de Arantes teve pelo menos seis filhos, João e Diogo, Francisco e António, Fernando e Manuel. Ignora-se se teve filhas, dado que só os filhos podiam tomar ordens. Mas o Arquivo Distrital de Braga - ADB - dispõe das matrículas de ordinandos^[69], tanto de Francisco e António (datadas de 1511, em simultaneidade com a de Bernardim Machado^[70], o secundogénito de Francisco Machado, já atrás mencionado a propósito de uma doação feita a Francisco Machado da Silva), como de Fernando e Manuel (datadas de 1522, em simultaneidade com a de Simão Machado, outro filho de Francisco Machado). Não se encontraram as matrículas de João e Diogo, filhos do 1º casamento (ambos tinham o apelido *Arantes*, ou *Nantes*, *Quinteiro*), que devem ter tomado ordens enquanto o pai residiu longe de Braga, eventualmente em Lisboa. Segundo o nobiliário de Marcelino Pereira, António era, em 1547, Tabelião de Entre Homem e Cávado, mas nada de certo se sabe sobre as vidas de Francisco^[71], Fernando ou Manuel. Poderiam ter-se chamado Nantes, Anantes ou Arantes. Na dúvida, pareceu-nos correto dar a todos o apelido Arantes, por ser o que o pai usou.

9.1. Descendentes de João de Arantes Quinteiro (ver o APÊNDICE II)

João de Arantes Quinteiro foi o sucessor de seu pai no senhorio da Quinta de Roma^[72].

Ele e sua mulher, D. Francisca de Macedo, foram pais do Fernão Ribeiro de Macedo, que tomou ordens menores, em 1549, e de Diogo Ribeiro de Macedo^[73] que casou com Filipa Veloso. Estes Ribeiro de Macedo seriam parentes próximos de Simão Ribeiro de Macedo, filho de João Coimbra, de Adaúfe, e de D. Antónia de Macedo, que figuram na Árvore 150vº (dos “*Rocha Tinoco*”, de Braga) que vem no Tomo III de Costados de Gaio.

Fernão Ribeiro de Macedo casou com D. Catarina da Costa, e a filha deles, Dona Maria Fernandes de Macedo, casou com Gonçalo Pires Machado, bastardo de Francisco Machado da Silva, 4º Senhor de Entre Homem e Cávado, dando origem aos Machados, Senhores da Quinta de Câmara, em Moure^[74]. Dele tiveram D. Filipa de Macedo, Senhora

da Quinta de Romai, que casou com Jorge de Mello Pereira, fidalgo da Casa Real e juiz em Braga.

Jorge de Melo Pereira e D. Filipa foram pais de D. Antónia de Melo Pereira que foi mãe de Francisco de Melo da Costa (pai de D. Simoa de Macedo e Melo que casou com o Capitão Xisto Gomes Pereira de Castro, Senhor da Casa e Torre da Quintela, no termo da Barca (descendente, pela mãe, dos Castros da Casa do Supegal). Tiveram Lucas Gomes Pereira, pai de Francisco Pereira de Castro e Melo, Morgado de Quintela, D. Isabel de Melo Pereira (de cuja descendência se tratará mais adiante), que sucedeu na Casa de Romai, e D. Antónia de Araújo e Melo, mãe de D. Antónia Soares de Araújo e avó materna do Abade de Proselo. É exacta pois a nota lançada à margem do nobiliário de Marcelino Pereira que declara que, de Jorge de Melo e D. Filipa de Macedo “*procedem os filhos de Francisco Pereira de Castro, Senhores da Casa e Torre da Quintela, no termo da Barca, e procede João de Araújo da Costa e Mello, Abade de Peruzello*”^[75] (Proselo), e sua irmã (Dona Brites Maria de Mello Pereira) mulher de João de Sousa Rebello e Castro e os filhos destes. Procedem também dos sobreditos Dona Paula Francisca de Mello, de Braga, e seus filhos”^[76].

Deve-se ao nobiliário do Abade de Proselo, que goza da reputação de ter sido uma das fontes de Gaio (o respectivo “*Volume de Costados*” foi publicado em 1716), uma informação clara sobre a sucessão dos Senhores da Quinta de Romai até ao tempo em que foi escrito. Informa ele que, de D. Filipa de Macedo, a Quinta passou para a filha desta, D. Antónia de Mello Pereira (casada com Paulo de Araújo e Costa), seguidamente para D. Isabel de Mello Pereira, que teve, filha bastarda (de Paulo Lobato de Souza), D. Sebastiana de Mello Pereira (casada em primeiras núpcias, sem geração, com António de Mello Pereira, seu parente, e em segundas com Manuel de Faria Marinho e Araújo). Desta passou à já mencionada D. Paula Francisca de Mello (que casou em Braga com Francisco da Rocha Tinoco de Vasconcelos^[77], parente dos Senhores de Entre Homem e Cávado) e, seguidamente, ao filho primogénito do casal, Francisco Manuel da Rocha Tinoco de Vasconcelos^[78] que, em 1784, era vereador em Braga.

Tanto João de Arantes Quinteiro e D. Francisca de Macedo (de nome completo D. Francisca de Macedo Soares), como Jorge de Mello (ou, mais precisamente, Jorge de Mello Pereira) e D. Filipa de Macedo (ou D. Filipa de Macedo da Cunha), e, bem assim, D. Antónia de Mello Pereira da Cunha e Paulo de Araújo da Costa, são referidos como Senhores da Quinta de Romai no NFP de Gaio, respectivamente, nos títulos de Machados (N21, §168), Araújo (N24, §219), e Costas (N6, §81). O primeiro casal figura, igualmente com esse senhorio, na Árvore 153 do Tomo III de Costados (*Machados, Senhores da Quinta de Câmara de Moure*), do mesmo autor.

9.2. Descendentes de Diogo de Arantes Quinteiro (ver o APÊNDICE III)

O segundo filho de João de Arantes, Diogo de Arantes Quinteiro, casou com D. Hilária (ou

Eulália) Pires. Foram pais de: Gaspar de Arantes, Simão de Arantes, Gaspar Quinteiro, D. Ana de Arantes e, ainda, D. Violante de Arantes.

Os livros das chancelarias reais revelam que houve três nomeações de um Diogo de Arantes como tabelião de Entre Homem e Cávado, duas por D. Manuel, a 11/III/1511 e a 18/II/1516, e uma por D. João III, a 9/IX/1522. Observa-se que estas nomeações eram feitas por tempo limitado. A primeira das cartas de nomeação chama a Diogo escudeiro e morador da Casa Real. Crê-se pois que diz respeito a Diogo de Nantes I, irmão de João de Arantes. No Arquivo Distrital de Braga - ADB, no Livro 6 das Sentenças, pode ver-se uma sentença da Relação de Braga, datada de 1551, a favor do Cabido e contra Diogo, que também lhe chama escudeiro^[79].

Diogo de Nantes II (certamente o filho de João, visto que não é chamado, como o irmão dele, *escudeiro* ou *morador da Casa Real*), que passaremos a chamar Diogo de Arantes, aparece como tabelião do antigo Concelho de Entre Homem e Cávado, em 1542, a comprovar com o seu sinal uma compra de que se fez escritura na Quinta de Castro, solar dos Senhores de Entre Homem e Cávado, a 3 de Maio de 1530. O comprador, a pedido de quem se passou a certidão, foi, nem mais nem menos, que Francisco de Sá de Miranda^[80].

Em 23/XII/1550, por alvará assinado em Almeirim, o Rei concedeu a Diogo de Arantes a seguinte mercê: *“por falecimento de Diogo de Nantes, escrivão dos órfãos de Entre Homem e Cávado e do Couto de Rendufe, farei mercê do dito ofício à pessoa que casar com uma das suas filhas a qual ele por sua morte nomear e à pessoa com que se concertar para haver de se casar com ela. Antes de casar se virá apresentar aos meus desembargadores do Paço para verem se é auto (apto) para servir o dito ofício e achando que o é lhe passarão disso sua certidão”*.

Em 2/XI/1544, Diogo de Arantes conseguira autorização para ter um ajudante de idade não inferior a 14 anos que o coadjuvasse, não só no exercício do cargo de tabelião, como no de Escrivão dos Órfãos de Entre Homem e Cávado e do Couto de Rendufe, ofício cuja propriedade lhe fora entretanto atribuída. Diogo teria provavelmente pensado em deixar o ofício a Diniz Borges, marido de sua filha D. Ana de Arantes, o qual foi também tabelião de Entre Homem e Cávado. Diniz parece ter morrido, porém, em 1547, ano em que foi passada carta a Gaspar de Arantes para, expressamente como seu sucessor, passar a exercer esse cargo.

É também possível que Gaspar de Arantes tenha sido o ajudante que, em 1544, o próprio Diogo considerara para o ajudar em seu ofício. O facto de ser autorizado a ter um ajudante de 14 anos faz de facto pensar que expressamente o pediu e que, ao pedir, tinha em mente alguém que tinha justamente essa idade e de cuja capacidade não duvidava. Diogo procuraria assim valorizar o filho, preparando o terreno para que ele lhe sucedesse. Gaspar que, a ser válida esta hipótese, nasceu em 1530, foi nomeado tabelião por D. João III, em 28/X/1547, data em que não teria pois mais de 17 anos. Muito provavelmente, não seria nomeado tabelião com essa idade se não se desse o caso de já ser ajudante do pai e de com ele praticar, demonstrando a necessária competência. Gaspar assina, já como tabelião (com o nome de Gaspar de Nantes), uma escritura de

doação feita em 1552 por Frei Bernardim Machado, cavaleiro de Malta, a seu sobrinho Francisco Machado II (ou Francisco Machado da Silva)^[81]. Mas, só em 1554, Diogo de Arantes comunica ao Rei que renuncia ao ofício de Escrivão dos Órfãos de Entre Homem e Cávado em benefício de seu filho Gaspar de Arantes. O Rei, invocando tal renúncia, nomeia Gaspar de Nantes, por carta de 9/I/1554, proprietário desse ofício, observando porém que, posto que na sua renúncia Diogo de Arantes se limitara a referir a Terra de Entre Homem e Cávado, continuaria a ser Escrivão dos Órfãos do Couto de Rendufe.

Gaspar de Arantes, que faleceu a 23 de Setembro de 1615, renunciaria ao ofício, a mando do Rei, 17 anos antes de morrer, por já então ser considerado muito velho. A 27/V/1598, foi pois nomeado para lhe suceder Pedro Leite de Azevedo que tinha prestado bons serviços “na Mina e nas partes de África”^[82]. O ofício voltaria aos Arantes em 18/II/1613, data em que para ele foi nomeado Pedro de Arantes Quinteiro, que adiante referiremos. Foi então invocado um alvará que dispunha (por sistema idêntico ao previsto em 1550 para a sucessão de Diogo de Arantes) que a Pedro Leite de Azevedo sucederia um dos genros. Ora Pedro de Arantes Quinteiro era de facto genro de Pedro Leite de Azevedo por ter casado com a filha deste, D. Isabel Coelho de Azevedo.

Posto isto, vejamos quais foram os descendentes de Diogo de Arantes:

N1 - Gaspar de Arantes que não teve descendência. Mas sabe-se de dois casamentos seus: o 1º com Briolanja Fernandes, em Besteiros, a 19 de Maio de 1566, o 2º com Justa Leitão. D. Violante de Arantes^[83] e seu marido Simão Gonçalves, da Casa e Quinta da Espinheira, onde Gaspar de Arantes também morava, foram testemunhas do primeiro, juntamente com o Padre Gaspar Quinteiro^[84].

N2 - Simão de Arantes, de quem só se tem conhecimento por ter feito testamento em 25/III/1594 a favor de Gaspar de Arantes, e por, a 11/XI/1593, ter sido nomeado procurador do Dr. Sebastião de Alfaro (mencionado como seu familiar e secretário do Arcebispo de Braga), para efeitos do aprazamento da casa nº 12 da Rua de Santo António, em Braga^[85].

N3 - O Padre Gaspar Quinteiro, que recebeu prima tonsura a 9/III/1555, tomou ordens de Evangelho a 23 de Maio de 1562, com missa em 19 de Setembro de 1564, e em 1578 se tornou Abade de Carrzedo. É estranho que Diogo tenha dado a dois filhos o mesmo nome, Gaspar. Embora tal facto não seja habitual, o apelido Quinteiro dado ao segundo distinguia-o do primeiro. Teve, apesar de padre, quatro filhos: D. Maria Borges, sem mais notícia, D. Catarina Quinteiro, António Quinteiro e Manuel Borges Quinteiro:

- D. Catarina Quinteiro, casou com Belchior de Azevedo, sobrinho de Justa Leitão (2ª mulher de Gaspar de Arantes) por ser filho de Manuel Roiz e de Margarida Leitão, irmã de Justa. Sabemos pelo Padre Marcelino Pereira que Gaspar de Nantes e Justa Leitão dotaram Belchior, por escritura datada de 18/V/1595, com a parte que detinham na Quinta da Espinheira (por isso supomos que não tiveram descendência). D. Catarina Quinteiro e Belchior de Azevedo foram pais de Pedro de Nantes Quinteiro (morador na Levada, em Proselo) que, a 18/II/1613, foi nomeado Escrivão dos Órfãos de Entre Homem

e Cávado (seria confirmado nesse cargo por D João IV, a 6/VII/1646) e, a 2/I/1621, tabelião de São João de Rei, um dos senhorios dos Azevedos. Casou com D. Isabel Coelho de Azevedo, falecida a 8 de Agosto de 1641, de quem teve Pedro de Nantes de Azevedo, D. Brígida de Azevedo (casada com Luiz de Araújo) e D. Ana de Azevedo. Mas, em 1650, estava preso no Porto por um crime cuja memória se perdeu. Segundo Marcelino Pereira, os filhos consentiram em que o pai renunciasse ao seu ofício “*face a Pedro Lopes de Azevedo*”^[86], morador em Braga, “*por este ser parente*”.

- António Quinteiro, casado com outra Catarina de Azevedo, falecida em Besteiros a 6/VII/1641.

- Manuel Borges Quinteiro, que foi escrivão das Ordens Militares e dos Terços (ou Terras)^[87] do Mestrado, cavaleiro da Ordem de Cristo e, em 22/IX/1602, cavaleiro fidalgo da Casa Real^[88]. Casou com D. Catarina Pimenta de Brito, filha de Baltazar Pimenta de Brito, Senhor da Casa da Abobreira, e mãe de outro Baltazar Pimenta de Brito, FCR^[89], superintendente das Coudelarias da Comarca de Viana, que casou com D. Maria de Araújo de Azevedo^[90] de quem teve: Frutuoso Pimenta de Brito, FCR, que casou com D. Clemência de Abreu Lima^[91] e foi superintendente das coudelarias da Comarca de Viana, FCR e cavaleiro da Ordem de Cristo, Manuel Pimenta de Brito, Sargento-mor de Entre Homem e Cávado, que casou com D. Maria de Carvalho, Senhora da Quinta de S. Veríssimo^[92], Salvador Pimenta de Brito que foi Senhor das Quintas do Tournal e Salvador em Goães e casou com sua parenta D. Mariana da Fonseca de Azevedo, Sebastião Pimenta de Brito de Alvelos, e Constantino de Sousa de Brito, cónego da Sé de Braga.

N4 - D. Ana de Arantes, que casou com Diniz Borges, Senhor da Quinta do Porto em Proselo, e foi mãe de:

- D. Maria de Arantes Quinteiro (que Gaio diz ser da *Casa do Espinheiro*, em Besteiros), falecida em 1646, mulher de Sebastião Antunes de Carvalho, “o velho”, moço de Câmara e Fidalgo da Casa de D. Sebastião. Foram pais de D. Ana de Arantes Quinteiro, que lhes sucedeu na Casa do Porto de Proselo e, em 1617, casou com Tristão de Araújo de Vasconcelos, filho de Fernão Velho de Araújo, Senhor do Morgado de Sinde, e neto de Tristão de Araújo de Azevedo, da Casa de Lóbios (que casou com D. Isabel Coelho de Azevedo, filha de Diogo Lopes de Azevedo, 4º Senhor de S. João de Rei). Tiveram D. Maria de Arantes de Araújo e Vasconcelos que casou com João Francisco da Cunha, como se lê em Gaio, título de Araújo, §465. Foram tetravós de Manuel Joaquim Coelho da Costa de Vasconcelos Maia (1750-1817), cavaleiro de Cristo, “lente de prima” da Faculdade de Matemática na Universidade de Coimbra e sócio da Academia Real das Ciências. O APÊNDICE III mostra que os Arantes Quinteiros deste ramo tinham laços de sangue com Coelhos e Freitas que foram Anadéis-mores dos Espingardeiros do Reino.

- Sebastião Antunes Quinteiro^[93], o moço, casado com D. Antónia de Carvalho com quem viveu em Proselo, foi escrivão do Público e Judicial de Entre Homem e Cávado e capitão de Ordenanças. Tiveram D. Ana de Carvalho que, casando com António Rebelo Borges, teve D. Clara Ana Maria Borges de Castro (Rebelos, §58, N16), com geração em §135, N26. A justificação de nobreza que foi passada a D. Clara Ana Maria, em 1733, considera

mui nobres todos os seus pais e avós.

- D. Ângela Antunes, que casou em 1627, em Proselo, com Gregório de Sepúlveda, de Besteiros, filho de Pedro Vilela, de Basto.
- Francisco Antunes, sem mais notícia.

N5 - D. Violante de Arantes, a filha mais nova de Diogo de Arantes, que casou com Simão Gonçalves, da Casa e Quinta da Espinheira^[94]. Nesta Quinta viveu até à morte, ocorrida em 12/V/1622^[95]. Seu marido, Simão, morreu com testamento em 25/III/1608. Tiveram a seguinte descendência:

- D. Margarida de Arantes^[96], filha de Simão Gonçalves e D. Violante, irmã de Salvador, Diogo, Gaspar (baptizado em 1565), Ana (em 1571), Simão (em 1574) e Maria (mãe de Gonçalo de Arantes^[97]). Todos usaram o apelido Nantes. Margarida, Gaspar e Diogo foram crismados a 12/II/1566, em Besteiros, pelo grande Arcebispo D. Frei Bartolomeu dos Mártires. Gaspar casou em Proselo com Catarina Gonçalves que faleceu viúva em 1641. Margarida casou em Besteiros, a 14/VIII/1585, com Gaspar Rodrigues, do Arial, falecido com testamento a 10/XII/1626. Moraram no lugar do Barrio, freguesia do Fiscal, junto da Quinta de Tapada que fora de Sá de Miranda.

- D. Maria de Arantes I, filha de Margarida de Arantes, casou a 11/II/1624, em Besteiros, com Manuel Lopes do lugar do Tojal, e era irmã de Sebastião de Nantes que casou, no mesmo dia, com Ana Soares, irmã de Manuel Lopes. Eram filhos de Afonso Gonçalves e Branca Lopes, do lugar do Tojal, freguesia de S. Paio de Sequeiros, onde Maria foi morar.

- D. Maria de Arantes II, filha de D. Maria de Arantes I, baptizada a 6/II/1625, na freguesia de S. Paio de Sequeiros. Aí casou, a 12 /VIII/1646, com António Gonçalves Ferreira do lugar da Porta, freguesia de S. Salvador de Souto, Terras de Bouro. O assento de casamento é o primeiro que se conhece em que, numa freguesia da Terra de Entre Homem e Cávado, o apelido aparece escrito sob a forma Arantes. Cabe referir que, em 1756, o lugar do Tojal da freguesia de Sequeiros não tinha mais do que cinco vizinhos (ver "Memórias Paroquiais" no ANTT), pelo que é inverosímil que a *Maria d'Arantes* do lugar do Tojal que casou em 1646 não fosse a filha de *Maria d'Anantes* nascida nesse mesmo lugar em 1625.

- Francisco de Arantes, filho de D. Maria de Arantes II, nascido no lugar da Porta, baptizado a 21/VIII/1659, falecido a 6/IV/1733. Casou com Úrsula Fernandes (ou Gonçalves). Viveram no lugar da Porta. Sabe-se que, em 1732, desempenhava, na freguesia de Souto, as funções de juiz.

- Domingos de Arantes, filho único de Francisco de Arantes, baptizado a 30/VII/1693 e crismado a 8/XII/1706, no Souto, pelo Arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles, nascido, como seu pai, no lugar da Porta. Casou a 6/VIII/1719 com Josefa Marques, baptizada a 18/III/1699 na freguesia de S. Mateus da Ribeira do Concelho de Terras de Bouro, filha de João Francisco, baptizado a 15/I/1666, em S. Salvador do Souto, e de sua mulher Maria Marques do lugar de Chedemeã. Casaram na Ribeira a 14/IV/1692 e moraram no

lugar da Porta onde se pode ver a casa nobre onde viveram. O salão tem um tecto de madeira nervurada. A inscrição 1721, gravada sobre a porta principal, assinala o ano da construção, ou de obras que nessa altura terão sido executadas. Domingos de Arantes e Josefa Marques foram pais de Maria (b. 11/III/1720), Helena (b. 25/IV/1722), João (b. 25/IV/1724), Domingos (b. 3/IX/1726), Domingas (b. 15/IV/1729), José (b. 28/V/1730), Manuel (b. 27/IX/1732), Francisco (b. 20/XI/1734), António (b. 17/VII/1738) e Jerónimo (b. 17/XII/1741). Um tão grande número de filhos determinou a emigração de quatro deles, Francisco e Jerónimo de Arantes, que se fixaram no termo de Torres Vedras^[98], e João^[99] e António^[100], que passaram ao Brasil^[101] onde deram origem a uma abundantíssima descendência. Os do Brasil usaram o apelido “Arantes Marques”. Um sobrinho deles, João Manuel de Souza Arantes^[102], neto de Maria de Arantes, a primogénita dos dez irmãos, seguiria para a Colónia com a Corte quando das Invasões Francesas. O 7º irmão, Manuel de Arantes, casou em 1755, em Balança (concelho de Terras de Bouro), com Maria Josefa Araújo, Senhora da Casa de S. Pantaleão, na freguesia de Balança. Foram pais de António José de Arantes, que casou, em 1806, com Maria Josefa Falcão, de Balança. Tiveram António José Falcão que, em 1850, casou em Ferreiros (Amares) com Margarida Teixeira Russel, da Cidade do Porto (freguesia de Santo Ildefonso). Foram eles os pais de António de Arantes Russel, nascido em 1854, que, em Navarra, casou com Maria Rosa Vieira Soares de quem teve Adão de Arantes Russel que casou com D. Maria Manuela de Azevedo Sá Coutinho^[103], da linhagem dos Azevedo Sá Coutinho, Senhores da Casa da Tapada, proveniente de Francisco de Sá de Miranda e de Dona Briolanja de Azevedo, sua mulher.

11. Conclusões

A presente comunicação é, em muitos aspectos, uma ampliação do artigo que publicámos em 2007, na Revista FORUM da Universidade do Minho, no número de homenagem à Dr^a. Dona Maria da Assunção Jácome de Vasconcelos, Directora do ADB, infelizmente já falecida^[104]. Nesse trabalho reconhecemos a importância de se ter identificado, nas “*Inquirições de D. Afonso III*”, um conjunto de pessoas ditas “*de Nantes*” aparentemente estruturadas numa família. Mas não deixámos de alertar para o perigo de tomar como apelido o que pode não ser mais que um lugar de origem de pessoas não relacionadas pelo sangue. É certo que Marcelino Pereira afirmou que a Quinta de Nantes “*parece ser o Solar dos Nantes*”. A verificar-se esta hipótese, aumentaria a probabilidade de os Nantes das “*Inquirições de D. Afonso III*” serem ascendentes dos que, a partir do século XV, se fixaram em Entre Homem e Cávado. Quanto a João de Arantes, Condestável dos Espingardeiros do Reino e seus senhorios, voltámos a analisar a questão da sua origem. Pensamos ter clarificado o assunto observando que, tendo João de Arantes sido companheiro de armas de Francisco Machado, não seria natural que fosse recrutá-lo no Couto de *Arantey*, senhorio de D. Pedro Alvarez de Sotomaior, Conde de Caminha, e não num dos seus próprios senhorios, mais precisamente em Nantes.

A partir do reinado de D. João II, a situação social dos Nantes mudou radicalmente. Até

essa época, constituíam uma simples família de “*homens bons*”, sendo como tal chamados a testemunhar nas “*Inquirições de D. Afonso III*”. Vivendo embora à lei da nobreza, careciam do prestígio social que, na Idade Média, era associada, sobretudo, à carreira das armas. Porém, João de Arantes não só se relacionou com os que exerciam, por tradição das respectivas linhagens, alguns dos mais elevados cargos militares do Reino, como adquiriu a Quinta de Romai. Este fato ter-se-á revelado instrumental no seu próprio casamento com D. Genebra de Sampaio, para a identificação da qual expusemos, no APÊNDICE I, uma hipótese que nos parece aceitável. Sucederam-se outras alianças com importantes famílias do Entre Douro e Minho. Outras, como os Sás e os Machados, de Entre Homem e Cávado, multiplicaram provas de consideração.

Essas alianças tiveram, no entanto, um efeito perverso: a de conduzirem à adoção de apelidos associados com famílias mais antigas ou, pelo menos, mais notórias. O apelido Nantes (ou Arantes) tendeu a ser relegado para ramos mais apagados, como os que no século XVIII migraram do Reino para a Estremadura e para o Brasil. Só nesses novos ambientes, e sobretudo no outro lado do Atlântico, onde os seus membros são numerosíssimos e muitos subiram na escala social, chegando a titulares do Império (Barão de Cabo Verde, Visconde de Arantes), grandes proprietários, e à própria presidência do Estado de S. Paulo (o Dr. Altino Arantes Marques, 10º Presidente do Estado, que foi também o fundador do Banco do Estado de S. Paulo - *Banespa*, um dos maiores bancos brasileiros), esses ramos readquiririam o seu prestígio.

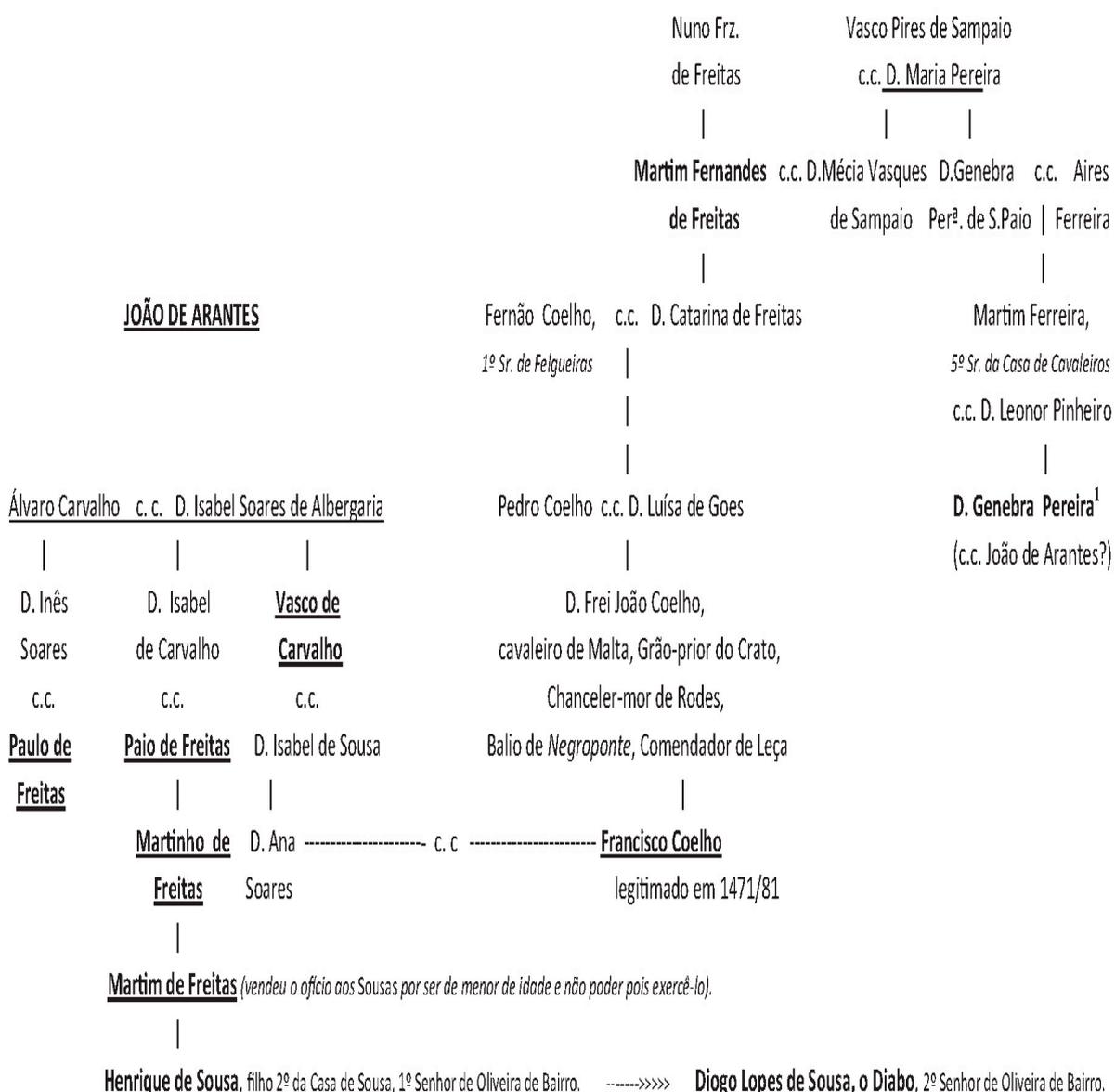
Agradecimentos

Agradecemos o apoio do Arquivo Nacional da Torre do Tombo - A.N.T.T. - e do Arquivo Distrital de Braga - A.D.B. -, instituições onde encontramos grande parte dos documentos utilizados na elaboração do presente trabalho, bem como da Biblioteca Nacional de Lisboa, da Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, do Instituto de Investigação Científica Tropical (através do Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga), do Arquivo Histórico Diocesano de Tui e de outros Arquivos da Galiza que consultámos por escrito. Destacamos ainda o apoio recebido dos nossos falecidos amigos, Prof. Doutor Jorge Borges de Macedo, antigo Director do A.N.T.T., Dr^a. Maria da Assunção Jácome de Vasconcelos, antiga Directora do A.D.B., bem como a Dr^a. Ana Isabel Canas e a Dr^a. Teresa Saraiva, que, como investigadoras do A.N.T.T., nos prestaram preciosa ajuda na leitura de documentos antigos, sobretudo dos das Chancelarias Reais referidos no texto do presente artigo. Lembramos com gratidão os falecidos amigos Brigadeiro José Guilherme Calvão Borges, a quem ficámos devendo importantes informações sobre Nantes no contexto flaviense, Prof. Doutor Luís de Mello Vaz de Sampaio, Dr. Eugénio da Cunha Freitas e Dr. João Paulo de Castro e Mello Trovisqueira. Expressimos ainda o nosso reconhecimento ao Dr. Augusto Ferreira do Amaral, bem como ao Dr. Jerónimo Duarte de Salazar e Chaves e a António de Azevedo Sá Coutinho Russel, ambos membros da Família Arantes, ao Prof. Doutor Eduardo Gonçalves Rodrigues, ao Doutor Manuel Artur Norton, ao Prof. Doutor José Augusto de Sottomayor Pizarro, ao Embaixador *Alfonso de la Serna*, que nos esclareceu sobre fontes históricas do país

vizinho, ao Dr. Francisco Freire de Andrade que nos apoiou nas primeiras buscas efectuadas no A.D.B., e ao Dr. João Carlos de Andrade Vilaverde e Silva Gachineiro cujos estudos exaustivos sobre a descendência de João de Arantes nos foram de grande utilidade.

APÊNDICE I

ANADÉIS-MORES DOS ESPINGARDEIROS DO REINO, SUCESSORES DE JOÃO DE ARANTES



¹ Esta D. Genebra constitui uma hipótese credível para a solução do problema da identificação da Genebra de Sampaio que casou com João de Arantes. Em carta que me enviou a propósito deste assunto, o falecido genealogista Luís Mello Vaz de Sampaio escreveu o seguinte: *“Outra filha atribuída a Vasco Pires: D. Genebra Pereira, casou com Aires Ferreira, morgado de Cavaleiros, de quem teve, entre outros, uma filha, D. Genebra, que o Marquês de Sampaio informa não ter tomado estado. É a única D. Genebra que encontrei na época apropriada, embora um pouco mais cedo”*.

APÊNDICE II

DESCENDÊNCIA DE JOÃO DE ARANTES, PELO LADO DE JOÃO DE ARANTES QUINTEIRO E FRANCISCA DE MACEDO

Quinta de Câmara, em Moure:

Quinta de Romai:

Morgado de Quintela:

João de Arantes c.c. N. Quintero

João de Arantes Quintero c.c. Francisca de Macedo

Fernão Ribeiro de Macedo c.c. Catarina da Costa

Filipa de Macedo c.c. Jorge de Melo Pereira

M^a Fernandes de Macedo c.c. Gonçalo Pires Machado¹

Antónia de Melo Per.^a c.c. Paulo de Araújo e Costa -----

Diogo Fernandes Machado c.c. Marta Rodrigues de Araújo

Isabel de Melo Per.^a & Paulo Lobato de Sousa

Francisco de Melo da Costa²

Domingos de Ar.^o Machado c.c. M^a Veloso de Araújo

Seb.^a de Melo Per.^a c.c. Manuel de Faria Marinho e Ar.^o

Simão de Macedo de Melo c.c. Xisto Per.^a de Castro³

D.^o de Ar.^o Roiz Machado da S.^a c.c. Bernarda Barbosa Per.^a

Paula Fr.ca de Melo c.c. Fr.co da Rocha Tinoco de V.los

Lucas Gomes Pereira c.c. Brites de Sousa Pacheco

António Machado c.c. Anacleta de Castro Barreto de Melo

Fr.co Manuel da Rocha Tinoco e Melo

Fr.co Per.^a de Castro e Melo, Sr. do Morg^o. de Quintela

|
*Senhores da Torre de Quintela,
Condes de Campanhã*

No século XX, a sucessão da quinta de Romai caiu no Dr. Jordão de Melo Falcão Tinoco da Silva Coutinho de Lacerda (ver no Tomo III de *Costados de Gaio*, 150 v^o, a **Nota b** dos Editores).

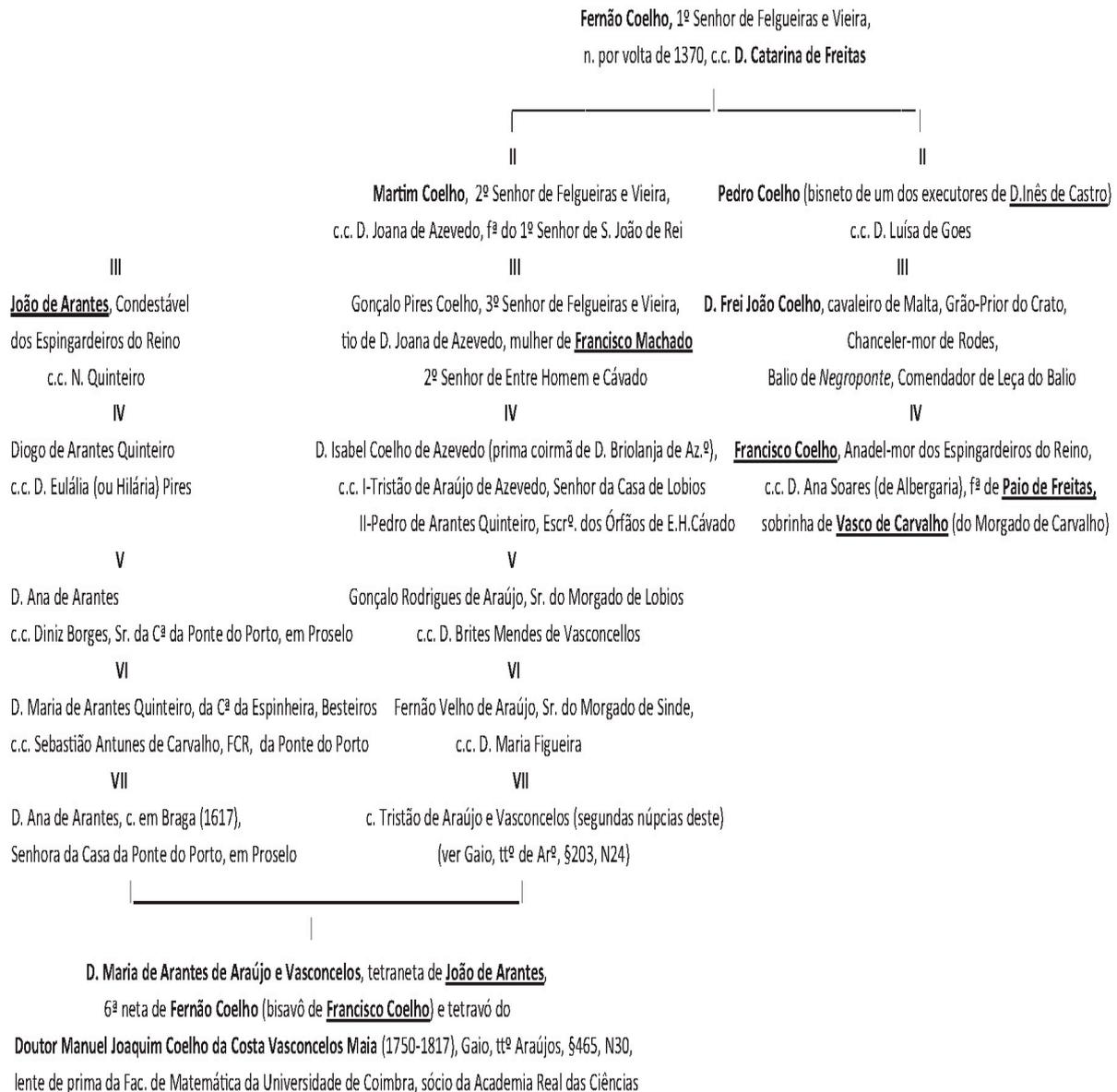
¹ Filho bastardo de Francisco Machado da Silva, 4^o Senhor de Entre Homem e Cávado; Senhor da Casa da Quinta de Câmara, em Moure.

² Senhor da Casa de Quintela, no termo da Barca; irmão de D. Isabel de Melo Pereira, Senhora da Quinta de Romai, e de D. Antónia Soares de Araújo, mãe do Abade de Proselo.

³ Senhor da Casa e Torre de Quintela; descendente, por sua mãe, dos Castros da Casa do Supegal.

APÊNDICE III

RELAÇÕES ENTRE DESCENDENTES DE JOÃO DE ARANTES E MEMBROS DE VÁRIAS LINHAGENS DE ENTRE DOURO E MINHO



[1] *O Dicionario Heraldico y Nobiliario de los Reinos de España* menciona uma Família *Aleo*, de *Santillana* (Cantábria), a que *Guilherme de Leu* pode ter pertencido.

[2] Que os portugueses chamavam *Anafé*.

[3] “Crónica de D. João II”, Capítulo XXX.

[4] Espadim de ouro: moeda do tempo de D. João II.

[5] Bem como de bombardeiros.

[6] Transcrito em “Descobrimientos Portugueses”, Vol. III, publicado e prefaciado por João Martins da Silva Marques, editado pelo IAC, em 1971, e reeditado pelo INIC, em 1988.

[7] Igual ao dos bombardeiros.

[8] “*Tanegashima guns*”, na “língua franca” que é hoje a língua inglesa.

[9] A informação faz parte do *corpus* de conhecimentos ministrados aos alunos de todas as escolas japonesas.

[10] IANTT, *Leitura Nova, Estremadura*, L. 9, f. 225-228. Deu-no-la a conhecer o Prof. Eduardo Gonçalves Rodrigues.

[11] Pertencente à capela instituída na Igreja de S. Jorge pelo Dr. Diogo Afonso Mangaancha, o eminente jurista conselheiro do Infante D. Pedro, “lente de prima” da Universidade, que desempenhou um papel crucial durante todo o período da Regência, sobretudo nas Cortes de 1439, em plena confrontação entre o Infante e a Rainha viúva de D. Duarte. Foi, por assim dizer, “o João das Regras do Infante D. Pedro”. Morreu sem filhos, em 1448, antes pois da Batalha de Alfarrobeira. A escritura de instituição da capela deixou consignada a fundação de um colégio numa das suas casas perto da Igreja de S. Jorge, destinado a dez jovens de idade superior a 16 anos com conhecimentos de gramática, ou sacerdotes. Ver a biografia do Dr. Mangaancha na obra do Prof. Baquero Moreno “A Batalha de Alfarrobeira”.

[12] Alão de Morais, “*Pedatura Lusitana*”, ttº. Carvalhos (de Bartolomeu Domingues), §6º, N9. Vasco de Carvalho foi também Anadel-mor.

[13] Observe-se que não há dúvida de que o apelido está escrito nessa carta na forma *Arantes*, e não *Anantes*.

[14] IANTT, *Leitura Nova, Estremadura*, L.12, fls. 107. A fonte de informação foi ainda o Prof. Gonçalves Rodrigues. O antigo foreiro, Doutor João do Rego, é mencionado, especificamente, como “lente de prima de medicina”.

[15] Por influência dos ingleses, cuja experiência da “Guerra dos 100 Anos” foi aproveitada em Portugal.

[16] Tiveram como primogénito Nuno Furtado de Mendonça que, casando em segundas núpcias com Dona Maria de Sousa, foi pai de Dona Ana de Mendonça, mãe de D. Jorge, Duque de Coimbra, o bastardo de D. João II.

[17] Seguiu o partido da Rainha Dona Brites, filha de D. Fernando, na Batalha de Aljubarrota. Nela morreu, com seu filho, Gonçalo Teixeira. Outro filho, Vasco Teixeira, seguiu o de D. João I que o armou cavaleiro antes de entrar nela.

[18] Foram ainda Anadéis-mores do Reino Martins Fernandes Coelho, Rodrigo Garcez, João Martins e João Freire Lobo (parente dos Carvalhos), mas já nomeados por monarcas da Dinastia de Avis.

[19] No NFB de Gaio, ttº de Freitas, §37, N6, constata-se uma falha de várias gerações que não permite ter conhecimento das imediatamente anteriores à de Paio de Freitas. De fato, na sucessão ascendente das gerações, salta-se imediatamente para a que foi contemporânea de D. Afonso II e de D. Sancho II.

[20] Ver na Chancelaria Régia de D. Manuel I, *Registo de doações, ofícios e mercês*, 44vº, L. 12, 44 vº: “Dom Manuel a quantos esta nossa carta virem fazemos saber que esguardando nós ao muito serviço que Payo de Freitas cavaleiro de nossa casa tem feito a el-rei D. João meu primo que santa gloria haja e como de todas as coisas em que foi por ele encarregado lhe deu de si mui boa conta e recado e pelo que esperamos que a nós ao diante faça e de si pela vontade que temos de lhe fazer honra e mercê e acrescentamento como é razão que aos tais que assim bem servem seja feita temos por bem e o fazemos por esta presente carta capitão e anadel-mor de todos os nossos espingardeiros do número de mil e quinhentos que por esta declaramos queremos e mandamos que haja em nossos reinos e praz nos que ele tenha e haja com o dito ofício todas aquelas honras graças privilégios poderes e liberdades que a ele são ordenados e de que sempre gouveio o anadel-mor dos ditos espingardeiro item haverá da entrada de cada um dos espingardeiros assim daqueles que novamente forem feitos como dos que entrarem por vaga doutros um espadim douro ou seu verdadeiro valor e outro tanto lhe pagará cada um dos espingardeiros que por idade ou serviço for aposentado ou nós por qualquer modo mandamos que se aposente e por falecimento de cada um dos ditos espingardeiros haverá de lutuosa a sua espingarda ou aquilo que ela

verdadeiramente valer. Queremos e mandamos que quando cumprir por nosso serviço serem apurados alguns dos ditos espingardeiros que tal apuramento se não faça neles por outra alguma pessoa juiz nem justiça salvo por recado e mandado do dito Payo de Freitas nosso capitão e anadel-mor deles ao qual mandamos que nos envie ou faça prestes os espingardeiros que assim houvermos mester e aqueles que mandamos nos enviará por os anadéis de cada um dos lugares onde lhe ordenarmos e mandarmos e porque pela ventura havendo assim a ele de mandar-lhe o recado sendo causa de não sermos tão prestes sendo neste caso então mandaremos que apuração dos tais espingardeiros façam nos lugares onde ordenarmos de virem seus próprios anadéis [...] nossos recado e não aos juízes nem oficiais e quaisquer outras justiças dos tais lugares porque não queremos que nisso mintam [...] nem o façam e somente os ditos anadéis os quais virão com eles a nós e os levarão onde lhe mandamos por nosso serviço e porque sempre possamos saber os lugares em que com os ditos espingardeiros e quanto em cada um o dito Payo de Freitas será obrigado de ter em nossa corte livro bem ordenado em que estão assentados os ditos espingardeiros e quantos são por número e quantos há em cada lugar e quem é deles e cada um anadel e toda outra mais declaração que cumprir para sempre podermos saber prestesmente o número dos ditos espingardeiros e quantos assim há em cada lugar porque desejamos muito que em nossos reinos haja estes espingardeiros e por ser coisa muito proveitosa a nosso serviço os leixamos ficar quando os outros privilegiados alevantarmos/queremos e nos praz e mandamos que daqui em diante em todo e por todo sejam guardados e se guardem aos ditos espingardeiros mui inteiramente todos seus privilégios assim como neles é conteúdo e lhe era feito e guardado em tempo del rei D. João II meu primo e posto que tenhamos mandado que em alguns serviços e encargos sirvam posto que por bem dos ditos seus privilégios fossem deles escusos havemos agora por bem que não haja acerca dele mais lugar e não sejam para os tais serviços constrangidos nem eles sirvam e todos seus privilégios graças e franquezas lhes guardadas em todo e por todo como neles foi declarado e conteúdo sob pena dos encoutos em que concorrem os que contra eles vão a metade para os cativos e a outra para os ditos espingardeiros item praz-nos que daqui em diante seus privilégios sejam por nós assinados e não por ele dito Payo de Freitas nem por outra alguma pessoa por mais favor seu e de suas liberdades item porquanto nas terras de alguns senhorios e fidalgos há alguns espingardeiros nossos e que têm nossos privilégios queremos e nos praz os tais posto que nas terras dos ditos senhorios e fidalgos vivem não sirvam salvo conosco ou com aquela pessoa que por nós for ordenada e que não sejam obrigados nem tenham obrigação de com os tais fidalgos e senhorios servirem posto que em suas terras vivem e morem item queremos e nos praz que as mulheres daqueles espingardeiros que em nosso serviço falecerem enquanto elas estiverem viúvas e em suas coisas que houverem de todos os privilégios graças e liberdades que aos ditos espingardeiros temos dados e outorgados e assim mandamos que lhe seja guardado porém notificamos assim todo por esta presente carta e mandamos que por ela o dito Payo de Freitas seja por metido em posse do dito ofício de capitão e anadel-mor dos ditos espingardeiros que por esta presente lhe damos sem para ele ser necessário mais outra autoridade de justiça nem de nossos oficiais e mandamos a todos os nossos corregedores juízes justiças oficiais e pessoas a quem esta nossa carta for mostrada e o conhecimento dela pertencer que em todo cumpram e façam cumprir e guardar sem

minguamento algum demanda nem embargo que a ela ponham porque assim é nossa mercê e o sentimos por muito nosso serviço e bem dos reino sem embargo que a ela ponham de quaisquer capítulos de cortes nem de qualquer outra coisa que em contrário disto seja porque não queremos que acerca do aqui conteúdo tenha lugar nem força alguma. Dada em a nossa cidade de Lisboa a II dias de Julho Álvaro Fernandes a fez ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil e quinhentos anos”.

^[21] Ver Gaio, ttº. de Carvalhos, §1, N7.

^[22] Ver Gaio, ttº. de Carvalhos, §10, N8.

^[23] Veja-se o título de Carvalhos (*de Bartolomeu Domingues*), §6, N9 da “Pedatura Lusitana” de Alão de Moraes. Alerta-se para os erros contidos a propósito do mesmo em Gaio, tt. de Carvalhos, §10, N8. Aí se afirma que “*passou à Índia por Cap.tam de hua Náo no tempo de D. João 3º, e no de El Rey D. Sebastião foi mandado outra vez aqulle Estado por Cap.am de outra Náo debaixo da bandeira de Diogo Lopes de Sequeira*” (seria então quase centenário...).

^[24] Já atrás mencionada, a propósito de ter morado nas casas que tinham sido de João de Arantes.

^[25] Aparece mencionado como um dos genros de Álvaro de Carvalho e de Dona Isabel Soares, sua mulher, em Gaio, ttº de Carvalhos, §1, N 7. Não conseguimos investigar a sua genealogia.

^[26] Irmão de Nicolau Coelho, capitão de uma das naus da pequena frota de Vasco da Gama, quando da descoberta do *Caminho Marítimo para a Índia*. Ambos eram bisnetos do Martim Fernandes de Freitas, o que foi Anadel-mor dos Besteiros do Reino, e netos de Fernão Coelho, 1º Senhor de Felgueiras.

^[27] *Negroponte* é o nome veneziano da Ilha de Eubeia, próxima de Atenas, a segunda maior ilha do Mar Egeu, depois de Creta.

^[28] Francisco Coelho, que casou com Dona Ana Soares, fª de Paio de Freitas, era irmão de Nicolau Coelho que comandou a *Bérrio* ao acompanhar Vasco da Gama na sua primeira viagem à Índia, e seria mais tarde capitão de um dos navios da frota de Pedro Álvares Cabral, descobridor oficial do Brasil.

[29] Tem interesse lembrar o que, sobre a Terra de Entre Homem e Cávado, escreveu Santana Dionísio: *“A chamada Terra de Entre Homem e Cávado, pela sua natureza montanhosa, bem defendida, a poente e a sul, pelos dois rios e, do lado este e norte, pelos píncaros e desfiladeiros do Gerês, parece ter sido um dos refúgios mais seguros dos Cristãos logo após a invasão mourisca (séc VIII). Há quem pressuponha, e com alguma verosimilhança, que essa colossal cunha hidro-orográfica constituiu uma espécie de obscuro reduto avançado da Reconquista neogótica ou asturiana. Como no Cantábrico e na Galiza, os Cristãos teriam vivido aí, nos séculos IX e X, num isolamento ascético e feroz, com os olhos sempre postos nos luzeiros que lhes serviam de aviso”*.

[30] Ver Gayo, ttº de Machados, §42, N17.

[31] Carta de D. Afonso V de 29/IV/1450, transcrita a páginas 344 de *“O Poeta do Neiva”* de José de Sousa Machado.

[32] Ver em *“O Poeta do Neiva”* (pag. 281) de José de Souza Machado, Livraria Cruz, ed., Braga, 1929.

[33] Confirmou-lhe D. Manuel I o *“de Entre Homem e Cávado”* de que foi 2º Senhor, em 18/X/1497.

[34] Diz Gaio, em título de Machados, §42, N18, que, por escritura de 23/X/1511, trocou por esta Comenda, ao Infante D. Jorge, bastardo de D. João II, as terras de Vilarinho e Portel. O morgado foi efectivamente instituído, não por ele, mas por D. Joana de Azevedo, sua viúva.

[35] Em Toro, os portugueses tinham um comando bicéfalo, pelo que houve de facto duas batalhas entre portugueses e castelhanos: a de Toro propriamente dita, perdida por D. Afonso V, e a de Castro-Queimado, ou *Crasto*, vencida pelo Príncipe Herdeiro D. João. As forças deste incluíam cavalaria, besteiros e uma poderosa força de espingardeiros.

[36] Sousa Machado, José, *“O Poeta do Neiva”*, p. 282, Livraria Cruz Editora, Braga, 1929.

[37] Vol. I, Parte II, Fascículo VIII, dos *“Portugalliae Monumenta Historica”*.

[38] Leia-se o artigo que, sobre *Vilar de Nantes*, Leite de Vasconcelos escreveu para a

“Grande Enciclopédia Luso-Brasileira”: *“Ao pé de Chaves existem dois lugarejos chamados Nantes e Vilar de Nantes, notável este último por aí haver olarias populares de louça preta. Apesar da homofonia que se nota entre Nantes e o nome da cidade de França bem conhecida, nada há de comum aos dois: Nantes de França representa o nome de um povo gaulês de que fala César; Nantes de Chaves representa, quanto a mim (Leite de Vasconcelos), um patronímico, que nos nossos documentos medievais tem a forma Nántiz (séc. X) e que provavelmente é de origem germânica. Deve entender-se que este patronímico, que significa “filho de Nanto”, veio a tornar-se apelido, e que houve um indivíduo assim apelidado cujo apelido passou a ser o nome de uma propriedade que ele possuía naquele local”*. Apesar de todo o respeito que Leite de Vasconcelos nos merece, a sua posição parece-nos um tanto ou quanto extrema já que, se não vemos razões para adoptar a hipótese de que Nantes foi fundada por um núcleo de pessoas originárias da Nantes francesa, também não as vemos para, liminarmente, a rejeitar. Existem em Portugal casos análogos, como os das Vilas Francas, originárias de doações feitas a cruzados que serviram os monarcas, nomeadamente em guerras contra os mouros. A título de mercê, e servindo uma estratégia de povoamento a que a 1ª dinastia deu especial atenção, foram dadas a esses cruzados condições para fundarem povoações.

^[39] Ver no Arquivo Distrital de Braga - ADB.

^[40] Que, por vir de quem vem, nos parece discutível.

^[41] Transcrito e anotado, em 1997, pelo Dr. João Paulo de Castro e Mello Trovisqueira. Conseguimos cópia deste documento, através do Dr. José Arantes Rodrigues, antes mesmo de conhecermos o Dr. João Trovisqueira.

^[42] Seria mais tarde escudeiro da Casa Real.

^[43] Cremos que casou com Genebra de Sampaio, por volta de 1496, depois da aquisição da Quinta de Romai, visto que D. Genebra não é referida na escritura de venda desta.

^[44] Assim lhe chama Felgueiras Gaio. Por isso se crê que João de Nantes teve uma primeira mulher de apelido Quinteiro.

^[45] O original desta escritura pode ver-se no Arquivo Distrital de Braga - ADB, no Livro 6 dos *“Prazos de Casais do Cabido (1509/1510)”*, a folhas 44vº/46vº.

^[46] Consultem-se estas escrituras em José Sousa Machado, *“O Poeta do Neiva”*,

Livraria Cruz Editora, Braga, 1929.

^[47] Felgueiras Gaio, §12, N21, do título de Coelhos.

^[48] Felgueiras Gaio, §42, N22, do título de Machados.

^[49] Felgueiras Gaio, §168, N21, do título de Machados.

^[50] Dos quais descendia o Conselheiro Arantes Pedroso, conhecido catedrático da Faculdade de Medicina de Lisboa.

^[51] Ver o NFP de Gaio, no título de Baldaias.

^[52] Pai de Bernardo Quinteiro Baldaia que se mandou enterrar na sepultura que tinha na Matriz de Ponte de Lima e nela se pusesse o letreiro seguinte: “*Aqui jaz Bernardo Quinteiro Baldaia, fidalgo da Casa do Cardeal Infante D. Henrique, e sua mulher Guiomar de Sá*” (Gaio, título de Baldaias, N4).

^[53] O título de Antas §37 N10 do NFP refere uma irmã desta, D. Ana Rodrigues Quinteiro, que casou com Lopo de Antas.

^[54] Ver as Matrículas de Ordinandos da Arquidiocese de Braga, no ADB.

^[55] Através de uma carta de quitação ao feitor do Rei na Flandres, datada de 23/VI/1443, sabe-se, por outro lado, da existência de um Rui Quinteiro, mais antigo, morador em Ponte de Lima.

^[56] Ver “Mapa das Ruas de Braga”.

^[57] Nova Série dos *Portugaliae Monumenta Historica*, Vol. IV/1, pág. 386 da Edição da Academia das Ciências de Lisboa.

^[58] De facto, o Doutor Manuel Artur Norton, na nota de rodapé nº1690 do Vol. II do seu livro “A Heráldica em Portugal”, cita a obra “*Cartas de Brasão*”, da autoria de António Machado de Faria, *na qual são mencionadas, embora não descritas, as armas dos Quinteiros*.

[59] Reeditada pela *Imprensa Nacional-Casa da Moeda*, Lisboa, 1976.

[60] Ver “*Memórias Paroquiais*” no ANTT.

[61] Felgueiras de Gaio, “*Nobiliário de Famílias de Portugal*”, §42, N19, do título de Machados.

[62] Ver a nota de pé de página 12.

[63] Que D. Afonso V fez Conde de Caminha, em Portugal.

[64] Sugere porém para o topónimo uma origem basca, já que, em basco, “*aranz*” significa “*vale*”, palavra que parece ter dado o nome à vila e município de *Arantza*, na Navarra.

[65] Veja-se, no título de Correias, §83, N11 de Gayo a referência a “*Pedro Correia Soares, senhor da Quinta de Troporiz* (que fica do lado português do Rio Minho) e do *Couto de Arantes em Galiza*”.

[66] “*Papeles del Hospital*”, nº 19, Arquivo Diocesano de Tui.

[67] O Pedro Madruga das crónicas galegas, que D. Afonso V fez Conde de Caminha.

[68] Por outras palavras, não ocorreu o *lapsus linguae* anatemizado pelos linguistas, mas um mero *lapsus calami*. Porém, os efeitos foram os mesmos.

[69] Como os ordinandos deviam ter entre 7 e 15 anos de idade ao tomarem ordens, o ano de 1511 atira o nascimento para o período entre 1496 e 1504, e o de 1522 para o período entre 1507 e 1515.

[70] Que seria cavaleiro de Malta.

[71] O Volume II do Corpo Documental da obra “*História Geral de Cabo Verde*”, elaborada pelo IICT, baseia-se num códice do “*Núcleo Antigo*” do ANTT. Refere-se este códice, escrito em cursivo do século XVI - cuja presença no ANTT se explica pelo facto de D. João III ter mandado recolher ao Arquivo Real a documentação das contas dos diferentes almoxarifados -, a registos de contas relativas às receitas “*dos quartos e*

vintenas” da Ilha de Santiago abrangendo os anos de 1513 a 1516. A partir da página 232, o Volume em questão apresenta o “*Título das Entradas e Saídas dos Navios de Castela e dos Estrangeiros*”. A páginas 238, 242, 257, 259, 264 e 277, é mencionado, viajando em navios castelhanos, um mercador chamado *Francisco d’Arantes* (sic). Seria o matriculado em 1411? A 29 de Outubro de 1514, este mercador chegou ao porto de Santiago, no navio “*Madanella Cansina*”, tendo deixado a Ilha de Santiago no mesmo navio a 15 do mês de Dezembro do mesmo ano. Voltou outras vezes, nomeadamente a 5 de Julho de 1515, no navio de que era mestre Martim Delgado e piloto Francisco de La Feria, partindo no mesmo a 7 de Agosto seguinte. Dessa vez, estava acompanhado de um *Cristovam d’Arantes* e de um *Estevam Quintero*, além de outros cujos nomes próprios nada nos dizem. Porém, os apelidos *Arantes* e *Quintero* são interessantes. Não só, um Quintero aparece junto com Arantes, o que sugere um relacionamento com João de Arantes, como, num período tão antigo como 1513-1516, o apelido aparece escrito, na versão original de um documento, sob a forma *d’Arantes*, e não *de Nantes* ou *d’Anantes*.

[72] Ver “*Colecção de Memórias Genealógicas*” do Padre Marcelino Pereira.

[73] Ver a obra não publicada “*Descendência de João de Arantes e sua mulher Genebra de Sampaio*”, da autoria de João Carlos de Andrade Vilaverde e Silva Gachineiro, Braga, 2002. De Diogo e Filipa descendem os Senhores da Casa de Ancede, de Proselo.

[74] Ver em Gaio, *Árvore 5* do Tomo II de Costados.

[75] O Abade de Proselo, um Arantes pois, foi um distinto genealogista. A ele se refere D. António Caetano de Souza, nas Advertências e Adições da sua História Genealógica da Casa Real (Tomo 8, p.119, §37) nos seguintes termos: “*O P.e João de Araújo da Costa e Mello, natural da freguesia de S. Martinho de Crasto no Termo da Barca, filho de António Soares de Araújo e de sua segunda mulher Maria de Barros Barbosa. A nobreza que herdou de seus avós que são das principais Famílias da Provincia do Minho a faz mais ilustre com o exercicio das suas virtudes, em que florece, e com o progresso dos estudos em que sahio consumado Prégador, perfeito Eclesiastico e grande Genealogico, com muita applicação das antiguidades historicas do nosso Reyno. He Abbade de Purozello que fica no Conselho de Entre Homem e Cavado; tem escrito e vai compondo: Nobiliario das Famílias Portuguesas, do qual tem já oito volumes (acabaram por ser 13) e nelles trata com grande difusão historica das Famílias do Reyno e de muitos ramos delas, que se estenderão pelo Reyno da Galliza...*”.

[76] Veja-se também nos títulos de Araújo e Costas, de Gaio, bem como na *Árvore 90* do Tomo I de Costados do mesmo autor. Trata-se de verdadeiros Melos, Araújo e Costas.

[77] Ver em Gaio, título de Machados, §88, N26.

[78] Ver Gaio, Tomo III de Costados, árvore 150vº.

[79] Citando mais uma vez Felgueiras Gaio, *“estes dois foros (os de escudeiro e de cavaleiro) eram antigamente muito honrados e andavam em gente muito destinta; pois a cada passo nos códigos e escritura antigas vimos grandes pessoas condecoradas com as denominações de Cavaleiros e Escudeiros”*. Ponto importante é ter usado esses títulos antes da reforma de D. Sebastião, de 1572.

[80] Ver “O poeta do Neiva”, de José de Sousa Machado, p. 321. Um estreito relacionamento entre membros das famílias Arantes e Sá é sugerido na página 178 do mesmo livro, que refere um pedido de intervenção e auxílio que, no seu testamento, redigido em 1593, faz Francisco de Sá de Meneses, neto do poeta e sobrinho do supracitado Francisco Machado, ao abade Gaspar Quinteiro e ao Rev. Doutor Isidoro de Sá, abade de Fiscal.

[81] Ver “O Poeta do Neiva”, p. 327.

[82] A carta de nomeação respectiva começa por referir que Gaspar de Nantes tinha renunciado nas mãos do Rei.

[83] Irmã do noivo.

[84] Marcelino Pereira refere-o como tabelião numa escritura feita na Quinta da Espinheira, na qual Inês de Macedo, moradora na Quinta de Romai, o dá por fiador numa demanda.

[85] É de lembrar (ver Cap. 5) que na casa nº 18 da mesma Rua morava um Simão Quinteiro. Seria parente?

[86] É de presumir que se tratasse do Chefe da Casa de Azevedo, 23º Senhor do Couto de Azevedo e 15º da Vila de Souto, o que indicia que Pedro Nantes de Azevedo, Brígida de Azevedo e Ana de Azevedo eram *Azevedos* do tronco principal. Sabe-se que, a 17/XII/1598, Dona Maria de Meneses, mulher do 21º senhor do Couto de Azevedo, celebrou contrato com o Cabido de Braga para aforar a casa da Rua de S. João, nº1, onde o referido Pedro Lopes, seu neto, certamente morava.

[87] Ver no ANTT “Ementas dos moradores da Casa Real”, Livro 14, a folhas 103, e Felgueiras Gaio, título de Araujos, §20, nº28.

[88] Ver no ANTT “Ementas dos moradores da Casa Real”, Livro 7, a folhas 158.

[89] Fidalgo da Casa Real.

[90] Gaio, título de Araújo, §20 N 26.

[91] Deles descendem os Senhores da Torre da Granja, como se vê em Gaio, Árvore 23 do Tomo I de Costados.

[92] Tiveram Ana Pimenta de Brito que casou com António de Carvalho Vieira. Destes descendiam os Malheiros Barrigas, Senhores da Torre de Refoios na Ponte do Porto (ver na Árvore 112 do Tomo II de Costados de Gaio).

[93] Segundo Gayo, ttº de Rebelos, §58, N16, este Sebastião Antunes Quinteiro era filho de outro Sebastião Antunes, o Velho, fidalgo da Casa Real, e de Maria Quinteiro.

[94] Segundo Marcelino Pereira, Simão Gonçalves casou duas vezes. A primeira mulher foi uma Maria de Nantes, e Violante, a segunda. Baseia esta afirmação no facto de a filha Ana ter sido “baptizada em Besteiros a 26 de Janeiro de 1571 e aí, no que Marcelino Pereira chama “o Livro Antigo da Igreja de Besteiros”, se diz ser filha de Simão Gonçalves da Espinheira e de sua mulher Maria Danantes e que fora sua madrinha Joana Danantes, de Ferreiros”. Deve tratar-se de um engano. O assento em questão consta do Livro M1 da freguesia de São Paio de Besteiros e o que nele pode ler-se é que a mãe de Ana se chamava de facto Violante, não Maria. A afirmação de Marcelino Pereira não tem pois razão de ser. Este pormenor é importante, porque o assento de crisma de Margarida só indica o nome do pai e do padrinho, Ambrósio de Araújo. Se a mãe de Ana não tivesse sido Violante, também não o teria sido a dos irmãos mais velhos, entre os quais se conta Margarida.

[95] A inquirição *de genere* (ou “embargo de purga”), datada de 1636, de um Gonçalo de Nantes (Proc. 21642, do Arquivo Distrital de Braga), de Besteiros, filho de Marcos Simões (de cuja limpeza de sangue se suspeitava, o que provocou uma inquirição que acabou por envolver toda a família) e de Maria de Nantes (que casaram, ambos já viúvos, a 26/IV/1604), filha de Simão Gonçalves e de Violante de Nantes, bisneta paterna de Gonçalo Álvares e de Catarina Mendes, e neta materna de Diogo de Nantes II e de Hilária Pires, estabelece sem sombra de dúvida a ascendência de Violante, bem como a de seu marido. Gonçalo Álvares e Catarina Mendes foram os avós paternos de

Simão Gonçalves. O salto de uma geração podia ter o objectivo de apontar o geriarca da Casa da Espinheira, menos conhecido que o da família de Diogo de Nantes II.

[96] É notável que, apesar de quatro quebras sucessivas de varonia, os descendentes de Violante de Nantes através de Margarida de Nantes (Violante, Margarida, Maria I e Maria II) continuassem a usar o apelido Nantes/Arantes.

[97] Pai de um Gaspar de Nantes que, a 4/X/1626, casou com Apolónia Francisca, com geração, nomeadamente, em Arantes de Ancede, Rebelos da Silva e Ferreiras de Chaves da casa da Arrifana.

[98] Arantes e Oliveira, E. R., “Os Arantes da Estremadura e as suas relações familiares”, artigo em vias de publicação na Revista *Armas e Troféus*, do Instituto Português de Heráldica.

[99] Fundador, no Sul de Minas, do *Ramo de Formiga* da Família Arantes do Brasil.

[100] Capitão-mor de Aiuruoca e fundador, no Sul de Minas, do *Ramo de Aiuruoca* da Família Arantes do Brasil.

[101] Ver “A Família Arantes”, por Arnaldo Arantes e Américo dos Santos Pereira, Editora *Logis Summa*, Ribeirão Preto, 1993 (a volumosa obra foi editada, após a morte dos autores, por Flávia Meirelles Pereira, filha do segundo).

[102] Fundou, em Queluz, Estado de São Paulo, o *Ramo de Cunha* da Família Arantes do Brasil. Já no Brasil, o Príncipe Regente outorgou-lhe carta de cirurgia.

[103] Filha de D. António de Azevedo Sá Coutinho e neta de D. Rodrigo de Azevedo Sá Coutinho, Senhor da Casa da Tapada - de que Francisco Sá de Miranda foi o 1º Senhor - e último possuidor das honras de Avessadas, Frazão e Paço de Ninães, bem como fidalgo escudeiro com exercício no Paço. Adão e Dona Maria Manuela foram pais de Dona Maria Caetana (nascida em 1929) e de António de Azevedo Sá Coutinho Russel (nascido em 1931).

[104] E. R. de Arantes e Oliveira, “*Memórias de Entre Homem e Cávado: Origens de uma Família*”, Revista FORUM 41, Janeiro-Junho 2007, p.133-156, Universidade do Minho, Braga 2007.